

Prestação de Contas



www.cm-almodovar.pt

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014





Relatório de Gestão

Exercício de 2014



VOLUME I – RELATÓRIO DE GESTÃO

ÍNDICE

	Páginas
1. Introdução.....	4
2. Metodologia	4
3. Enquadramento Macroeconómico	5
4. Parcerias com Diversas Entidades	8
5. Organização Municipal	8
5.1. Estrutura Política	8
5.1.1. Assembleia Municipal	9
5.1.2. Câmara Municipal	10
5.1.3 Gabinete de Apoio ao Executivo	11
5.2. Estrutura Administrativa	11
6. Recursos Humanos	12
6.1. Contagem dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Almodôvar	13
6.2. Efetivos segundo o sexo	16
6.3. Distribuição de efetivos segundo a estrutura etária e por género	17
6.4. Estrutura habilitacional	19
6.5. Absentismo	20
6.6. Acidentes, ocorridos em serviço e número de dias perdidos com baixa	25
6.7. Contagem dos Trabalhadores Admitidos e Regressados.....	26
6.8. Contagem das saídas dos trabalhadores.....	27



6.9. Formação	28
6.10. Medidas de Apoio ao Emprego	33
7. Situação Económica, Financeira e Orçamental	37
7.1. Introdução	37
7.2. Processo Orçamental	38
7.3. Orçamento Inicial e Final	40
7.3.1. Execução do Orçamento	40
7.3.2. Saldo da gerência de 2014	41
7.3.3. Equilíbrio Orçamental	42
7.3.4. Fontes de Financiamento	44
8. Análise comparativa da Execução Orçamental	44
8.1 Receita	44
8.1.1 Receitas correntes	46
8.1.1.1 Impostos Diretos	46
8.1.1.2 Transferências Correntes	47
8.1.1.3 Venda de bens e serviços correntes	48
8.1.2 Receitas de capital	49
8.1.2.1 Transferências de Capital	49
8.1.3 Análise Percentual da Receita	50
8.2 Despesa	52
8.2.1 Despesas correntes	53
8.2.1.1 Despesas com pessoal	53



8.2.1.2 Despesa com a aquisição de bens e serviços correntes	54
8.2.2 Despesas de capital	55
8.2.2.1 Aquisição de bens de capital	55
8.2.2.2 Transferências de capital	56
9. PPI – Plano Plurianual de Investimentos – Concretização de investimentos	57
9.1 Investimentos realizados – Ótica Orçamental	58
10. Indicadores de Gestão Orçamental	60
11. Dívida e capacidade de endividamento do Município	61
12. Análise Patrimonial – Balanço e Demonstração de Resultados	64
12.1 Análise do Balanço	64
12.1.1 Ativo Bruto	66
12.1.2 Disponibilidades	67
12.1.3 Dívidas a terceiros – Médio e Longo Prazo	68
12.2 Análise da Demonstração de Resultados	69
12.3 Ráctios Económico-Financeiros	71
Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2014.....	72
13. Factos relevantes ocorridos após o termo do Exercício	73



RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

1. INTRODUÇÃO

Nos termos da alínea *i*) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 01 de novembro e 50-A/2013, de 11 de novembro, a qual estabelece o regime jurídico das Autarquias Locais, é da competência da Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal, em conformidade com a alínea *I*) do n.º 2 do artigo 25.º do mesmo diploma legal.

Um dos documentos de prestação de contas é o Relatório de Gestão, cujo conteúdo deve contemplar os aspetos referenciados no ponto 13 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), na sua atual redação.

Para além disso, deve conter um conjunto de informações que refletam a situação funcional, operacional e económica da Autarquia. Tais informações destinam-se não só à apreciação do órgão deliberativo, fiscalizador da atividade municipal, e ao julgamento do Tribunal de Contas, mas também a terceiros tais como fornecedores, entidades bancárias e cidadãos em geral, a fim de avaliarem a atividade desenvolvida e o seu impacto no desenvolvimento económico e social do concelho.

Nesta conformidade, cabe à Assembleia Municipal apreciar os documentos de prestação de contas individuais na sua sessão ordinária de Abril do ano seguinte àquele a que respeitam, de acordo com o n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013 e com o n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 46-B/2013, de 01 de novembro e alterada pela Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro, que estabelece o regime financeiro das Autarquias Locais.

Posteriormente, o Município remeterá à DGAL e ao Tribunal de Contas os documentos de prestação de contas, e disponibilizá-los-á no seu sítio eletrónico. Refira-se que o Município de Almodôvar não apresenta contas consolidadas uma vez que não se encontra em nenhuma das situações previstas no art.º 75.º do regime financeiro das autarquias locais.

2. METODOLOGIA

A Prestação de Contas, para além de integrar o Relatório de Gestão, é composta por documentos financeiros que transmitem a imagem da Autarquia no final do exercício.



Um desses documentos é o Balanço que espelha a comparação entre os agregados ativos e os agregados passivos do património da Autarquia, revelando assim a sua situação patrimonial e financeira e pondo em evidência os seus fundos próprios. Outro dos documentos financeiros é a Demonstração de Resultados que evidencia os custos incorridos e os proveitos obtidos no exercício económico, bem como o respetivo resultado apurado.

Para uma melhor análise da situação patrimonial, financeira e económica é apresentado um documento denominado Anexos às Demonstrações Financeiras que contém a caracterização do Município e as Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados. Também a execução dos Documentos Previsionais, apresentada nos Mapas de Prestação de Contas, fornece elementos essenciais que permitem aferir a capacidade de concretização do planeamento efetuado para o exercício.

Dando cumprimento ao disposto no n.º 3 do art.º 76.º do regime financeiro das autarquias locais, apresenta-se documento elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nomeada pela Assembleia Municipal que contém a *Certificação Legal de Contas do Exercício*, nos termos previstos no art.º 77.º daquele normativo.

3. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Depois de um período inédito de três anos de contração da economia, o PIB português apresentou um valor positivo de crescimento em 2014 de 0,9%.

O crescimento assentou essencialmente na recuperação do consumo privado, sendo notório um abrandamento, estando a economia portuguesa a estabilizar em taxas de crescimento homólogas positivas próximas do 1%.

Ao nível da empregabilidade, a taxa de desemprego para o 4º trimestre de 2014 foi de 13,5%. Este valor é superior em 0,4 pontos percentuais (p.p.) ao do trimestre anterior e inferior em 1,8 p.p. ao do trimestre homólogo de 2013.

Em 2014, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação média de -0,3% (0,3% no ano anterior). Excluindo do IPC a energia e os bens alimentares não transformados, a taxa de variação média passou de 0,2% em 2013 para 0,1% em 2014.

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) português registou uma taxa de variação média



de -0,2% em 2014 (0,4% no ano anterior). A taxa de variação homóloga situou-se em -0,3% em dezembro, inferior em 0,4 p.p. à observada em novembro de 2014 e inferior em 0,1 p.p. à estimada pelo Eurostat para a área do Euro. A taxa de variação mensal do IHPC foi nula.

Em síntese destaca-se o seguinte:

- ❖ O facto do Município de Almodôvar apresentar, uma taxa de execução do orçamento da receita de 85,50%, em termos de cobrança líquida, e de 66,09%, em termos de despesa liquidada;
- ❖ O acréscimo da receita corrente de 25,95%, ou seja, cerca de mais 2 milhões de euros, face ao ano de 2013. As receitas fiscais aumentaram em 26,5%, (164 mil euros), por força do aumento verificado no IMT e IMI;
- ❖ O decréscimo da receita de capital de 42,27%, ou seja, cerca de menos 1 milhão e 900 mil euros, face ao ano de 2013, proveniente fundamentalmente da repartição do FEF. Em 2014 o montante do FEF era repartido em 90% por receita corrente e 10% para receita de capital, enquanto no ano de 2013, a repartição foi efetuada em 65% para receita corrente e 35% para receita de capital;
- ❖ A redução das despesas realizadas com pessoal e com aquisições de bens e serviços face ao previsto em orçamento e que no conjunto somam 14 mil euros.
- ❖ A diminuição da dívida de médio e longo prazo, incluindo o leasing, em 9,45% (600 mil de euros);
- ❖ A manutenção de um prazo médio de pagamento a fornecedores (PMPF), de 16 dias, superando assim o objetivo que nos propusemos manter e que se consubstanciava num prazo médio de pagamento aos nossos fornecedores, inferior a 30 dias;
- ❖ A manutenção do cumprimento do limite de dívida total, face à lei em vigor.

O Relatório de Gestão é um documento da prestação de contas que tem por objeto disponibilizar informação sobre os recursos humanos, a situação financeira, patrimonial e execução das Grandes Opções do Plano, de 2014, que inclui a execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as Atividades Mais Relevantes (AMR).

No seu conteúdo procura-se espelhar a atividade desenvolvida pela Câmara Municipal, durante o ano de 2014, a qual evidencia de forma clara e detalhada, a situação financeira do Município de Almodôvar, no ano de 2014, a sua evolução ao longo dos últimos anos que resulta das políticas e opções do Executivo.

Da análise feita ao longo do presente relatório constata-se que, com a execução dos



documentos previsionais, se pretendeu afetar riqueza ao domínio público e demonstrar a crescente intervenção de ações desenvolvidas num leque diversificado de áreas fundamentais, para o desenvolvimento económico, social, cultural, patrimonial e ambiental do concelho de Almodôvar.

No contexto de um Concelho tão vasto e com características tão peculiares, a Câmara Municipal de Almodôvar, no âmbito das suas competências, tem dirigido a sua atividade na realização de investimentos e ações essenciais à promoção da qualidade de vida das suas populações.

Do conteúdo do Relatório de Gestão destaca-se a análise efetuada sobre:

- ❖ A execução das Grandes Opções do Plano (GOP) de 2014, que inclui a execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e das Atividades mais Relevantes (AMR), onde de forma detalhada se evidenciam os projetos e as ações realizadas, respetivas taxas de execução, quadros comparativos e fontes de financiamento internas e externas;
- ❖ A evolução dos recursos humanos;
- ❖ A situação financeira e a capacidade do endividamento;
- ❖ A situação patrimonial, através do Balanço e da Demonstração de Resultados;
- ❖ Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

Salienta-se, ainda, que nos termos do Regulamento de Controlo Interno, desencadearam-se vários procedimentos técnicos/contabilísticos para a elaboração de Planos de Pagamentos mensais, que permitiram acompanhar a evolução sistemática da dívida global do Município.

Na mesma linha de orientação, mensalmente, foram elaboradas informações endereçadas aos órgãos municipais, nas quais se descreviam pormenorizadamente a situação financeira do Município, e foram, igualmente, efetuadas reconciliações bancárias por trabalhadores estranhos à Tesouraria, cujo objetivo visou o cumprimento do preceituado no regime jurídico do POCAL.

No presente Relatório de Gestão foram elaborados quadros e gráficos, de forma a evidenciar a informação disponibilizada em cada capítulo, os quais permitirão um melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão, sendo, igualmente apresentada informação relativa à execução dos anos transatos.

Neste contexto e em cumprimento do disposto na alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2012, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal elaborou o presente



Relatório de Gestão, referente ao ano de 2014, que, depois de aprovado pelo Executivo, será submetido, conjuntamente, com os restantes documentos que fazem parte integrante da Prestação de Contas, à apreciação e votação do órgão deliberativo, nos termos da alínea /) do n.º 2 do art.º 25º do diploma antes citado e remetido para o Tribunal de Contas, conforme disposto no Anexo I da Resolução n.º 04/2001 – 2.ª Seção, do Tribunal de Contas, publicada na II Série do *Diário da República*, de 18 de agosto de 2001, alterada pela Resolução n.º 6/2013 – 2.ª Seção, e da Resolução n.º 2/14, de 27 de novembro.

4. PARCERIAS COM DIVERSAS ENTIDADES

Em 2014, tal como no exercício transato, foram estabelecidos Protocolos de Delegação de Competências e Acordos de Colaboração para a realização de pequenos investimentos, com todas as Juntas de Freguesia do Concelho. No que respeita às parcerias com entidades diversas, foi continuado o bom trabalho iniciado em anos anteriores. Assim, com as Entidades de Solidariedade Social, com Associações de Desenvolvimento Local, com as Escolas, com Associações Desportivas, Recreativas ou de Lazer, com entidades institucionais públicas da Saúde, da Assistência Social, da Formação, da Educação/Ensino foram concretizadas atividades importantes.

5. ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

Nos termos do n.º 1 do art.º 235º da Constituição da República Portuguesa a organização democrática do Estado compreende a existência de Autarquias Locais, cuja organização compreende a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal.

A organização do Município de Almodôvar integra a existência de duas estruturas fundamentais, que estão inter-relacionadas no desenvolvimento da atividade municipal, a saber:

- * Política;
- * Administrativa.

5.1 ESTRUTURA POLÍTICA – assenta em dois órgãos: a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal.



5.1.1 ASSEMBLEIA MUNICIPAL

É o órgão deliberativo do Município a quem compete exercer funções de natureza deliberativa e fiscalizadora da atividade da Câmara Municipal (cfr. alínea a) n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2012, de 12 de setembro, na sua atual redação).

A Assembleia Municipal é constituída por 21 membros, dos quais 15 são eleitos diretamente como membros do órgão e 6 por inerência de funções, na qualidade de Presidentes das Juntas de Freguesia.

A estrutura da Assembleia Municipal em 31.DEZ.2014 apresentava a seguinte composição:



MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DIRECTAMENTE ELEITOS

PS – 6 MEMBROS

Severo Venâncio Esteves de Almeida, que preside

PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA

PS – 2 MEMBROS

União das Freguesias de Almodôvar e Graça de Padrões:
Domingos Manuel Romba Guerreiro

Duarte Freitas de Sousa

Junta de Freguesia de Aldeia dos Fernandes:

José Eduardo Pereira Brites

José Germano Silvestre

Maria de Fátima Paleta do Carmo

IPA – 2 MEMBROS

Vitor Manuel Vilhena Saleiro

Junta de Freguesia do Rosário:

Cláudio André Brás Silvestre

Joaquim António Guerreiro

IPA – 5 MEMBROS

Francisco Lourenço Teixeira

Junta de Freguesia de Santa Cruz:

Dina Guerreiro Cavaco

Sara Isabel Martins Agostinho

Vitor Manuel Libânio Afonso

PPD/PSD – 2 MEMBROS

Celeste Colaço do Rosário Sebastião

Junta de Freguesia de S. Barnabé:

José Romba Guerreiro

Sérgio Manuel Afonso Palma

PPD/PSD – 4 MEMBROS

Carlos Almeida Caetanita

União das Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires:

Lucília da Conceição Sousa Aleixo de Barros

Hélder Manuel Palma Guerreiro

Ricardo Emanuel Geraldo Jacob

Paula Cristina Venâncio Camacho Botelho

TOTAL DE MEMBROS: 21



5.1.2 A CÂMARA MUNICIPAL é o órgão a quem compete o exercício de funções executivas, sendo constituída por um presidente e quatro vereadores, a quem compete, nos termos da Lei e no quadro de delegações e subdelegações de competências, a definição de estratégias e políticas municipais, bem como todas as decisões mais relevantes da atividade municipal.

Em 31.DEZ.2014 o Executivo era composto pelos seguintes membros:



Presidente da Câmara: António Manuel Ascenção Mestre Bota

Funções específicas, nomeadamente: Proteção Civil; Segurança; Comunicação e Imagem; Informática e Multimédia; Recursos Humanos; Gabinete Jurídico; Defesa do Consumidor; Turismo; Acessibilidades Viárias; Abastecimento Público de Água; Saneamento; Higiene e Limpeza; Ambiente; Ação Social; Rede Social; Saúde; Juventude; Educação e Ensino; Desporto; Obras Públicas Municipais; Espaços Verdes e Associativismo.



Vereador (designado Vice-Presidente, Despacho n.º 01/PC/2013): Luís Artur dos Santos Gaiolas

Funções específicas, nomeadamente: Atividade Administrativa; Gestão Financeira e Controlo Orçamental; Apoios Comunitários; Património; Contratação Pública; Ordenamento do Território e Gestão Urbanística; Sistema de Informação Geográfica; Toponímia; Publicidade; Desenvolvimento Económico; Biblioteca a e Documentação e Cultura.



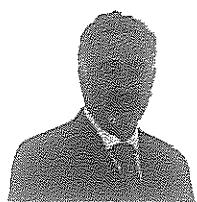
Vereador (em regime de permanência): Ricardo António Monteiro Colaço

Funções específicas, nomeadamente: Publicidade; Ocupação da Via Pública; Cemitério; Venda Ambulante; Mercados e Feiras Proteção Civil; Contraordenações; Trânsito e Estacionamento, Sinalética Direcional e Segurança.



Vereador: João António Vale Soares Rodrigues Palma

(sem funções específicas)



Vereador: António José Messias do Rosário Sebastião

(sem funções específicas)



A Câmara Municipal de Almodôvar integra, nomeadamente as seguintes as seguintes Associações: ANMP, CIMBAL, AMGAP, AMALGA, Conservatório Regional do Baixo Alentejo, a Empresa Regional de Turismo e detêm uma participação no capital social da Empresa CEVRM – Centro de Excelência para a Valorização dos Recursos Silvestres Mediterrânicos, SA.

O Município de Almodôvar celebrou um Protocolo de Geminação com o Município do Paul, Cabo Verde, cujo Protocolo foi outorgado no dia 16 de novembro de 1990, e ainda com o Município do Monapo, Moçambique, cujo Protocolo de Geminação foi aprovado pela Assembleia Municipal na sessão de 30 de junho de 2011.

5.1.3 SERVIÇOS DE STAFF DO GABINETE DE APOIO AO EXECUTIVO

Nos termos da alínea a) do n.º 1 e do artigo 42.º da Lei n.º 75/2012, de 12 de setembro, na sua redação atual, por despachos do Presidente, exarados em 28.OUT.2013 e em 6.DEZ.2013, foi constituído o seu gabinete de apoio pessoal, que integra, respetivamente, uma chefe de gabinete e uma adjunta.

O Presidente da Câmara, por despacho exarado em 28.OUT.2013, constituiu, o Gabinete de Apoio à Vereação, tendo, para o efeito, nomeado uma secretária.

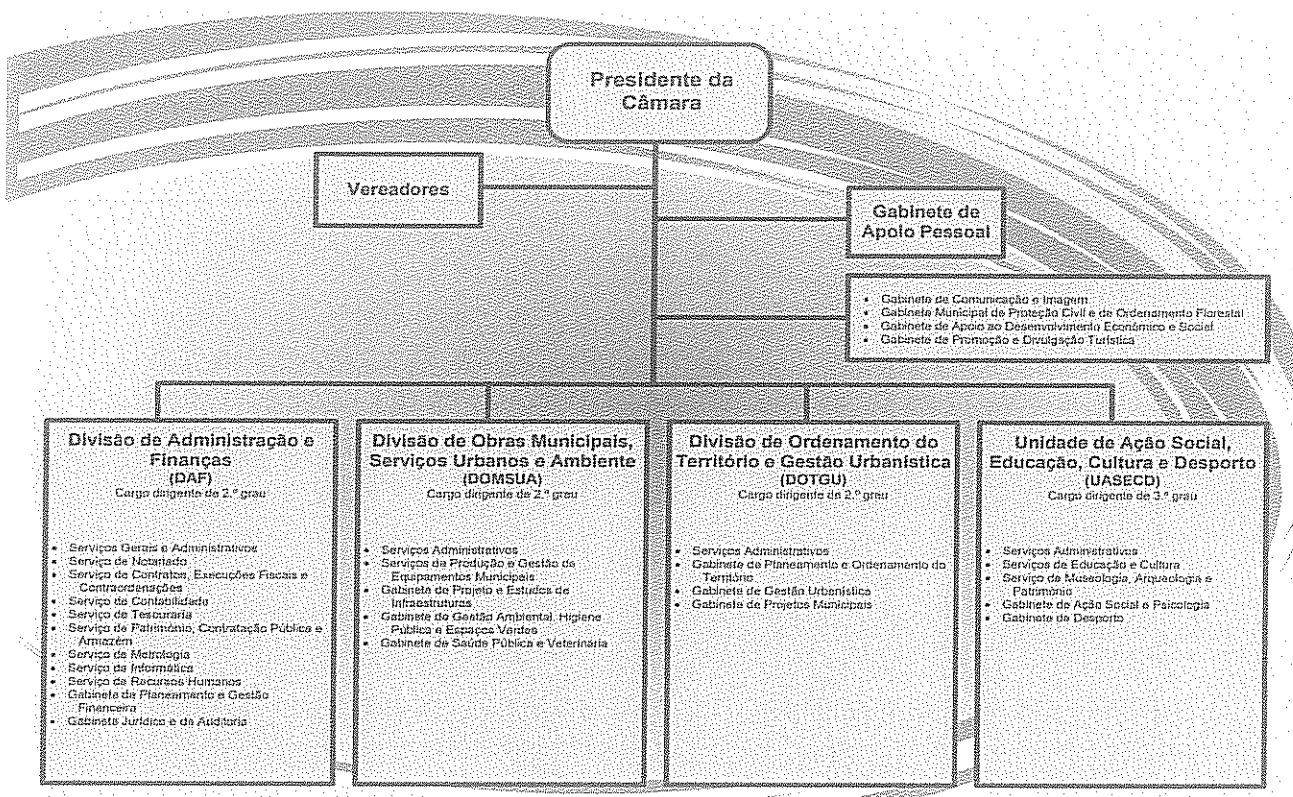
5.2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

No que se refere aos serviços, a sua estrutura assenta na seguinte classificação:

- ♦ Serviços instrumentais, não se ocupando da concretização direta das atribuições da Câmara Municipal, desenvolvem, no entanto, atividades de apoio à atividade dos demais serviços, em especial dos serviços operativos. Garantem os meios administrativos, humanos, materiais, no momento adequado para potenciar os resultados da ação dos outros serviços – Tratamento e difusão da informação, gestão de pessoal, gestão financeira e patrimonial, o aprovisionamento, a consulta jurídica, etc.
- ♦ Serviços operativos, responsabilizados pela concretização dos objetivos atribuídos à autarquia. Asseguram atividades relacionadas ou notificadas com as atribuições e de acordo com a repartição de responsabilidades que a própria estrutura orgânica delimita.



No ano de 2014, a Câmara Municipal de Almodôvar funcionou no âmbito da estrutura orgânica aprovada pela Assembleia Municipal na sessão de 29 de abril de 2013, a qual faz parte integrante do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, publicado na II Série do *Diário da República* n.º 91, através do Despacho n.º 6231/2013, de 13 de maio, com a seguinte Estrutura Organizativa:



6. RECURSOS HUMANOS

A atividade desenvolvida ao longo do ano de 2014, ajustou-se por uma gestão de recursos humanos alinhada com a atual conjuntura económica, como o enquadramento legal vigente e, naturalmente, com a estratégia definida pelo Município de Almodôvar.

A qualidade nos Serviços Municipais, consubstanciada na prestação de serviços aos cidadãos pressupõe a existência de recursos humanos motivados no seu trabalho, capazes, não só, de dar respostas efetivas e responsáveis às políticas superiomente definidas, como igualmente, gerar dinâmicas de desenvolvimento da instituição, contribuindo decisivamente para o êxito dos objetivos do Município.

Comparativamente ao ano precedente continuou a verificar-se uma alteração no número de efetivos da Câmara Municipal, imposta pelo artigo 62.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para o ano de 2014.



Na mesma linha de atuação, deu cumprimento ao disposto no artigo 55.º da referida Lei, na medida em que não procedeu à renovação de contratos de trabalho em funções públicas a termo resolutivo.

No âmbito do dever de informação, no final de cada trimestre, a Câmara Municipal prestou à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) informação detalhada acerca da evolução do cumprimento dos objetivos de redução consagrados na Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014.

No exercício em análise apenas foi promovido um procedimento concursal, no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), desencadeado ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, regulamentado pelo Despacho n.º 9265-B/2013, de 15 de julho.

6.1 CONTAGEM DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMODÓVAR

Para a concretização das ações/projetos e objetivos previamente estabelecidos, durante o ano de 2014, o Município dispôs dos seguintes recursos humanos:

DISTRIBUIÇÃO DE EFETIVOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMODÓVAR

Pessoal	2012	2013	2014 ^{a)}
Contrato de trabalho por tempo indeterminado	214	210	201
Contrato de trabalho por tempo determinado e determinável	8	6	7
Outras situações	5	4	7
TOTAL	227	220	215

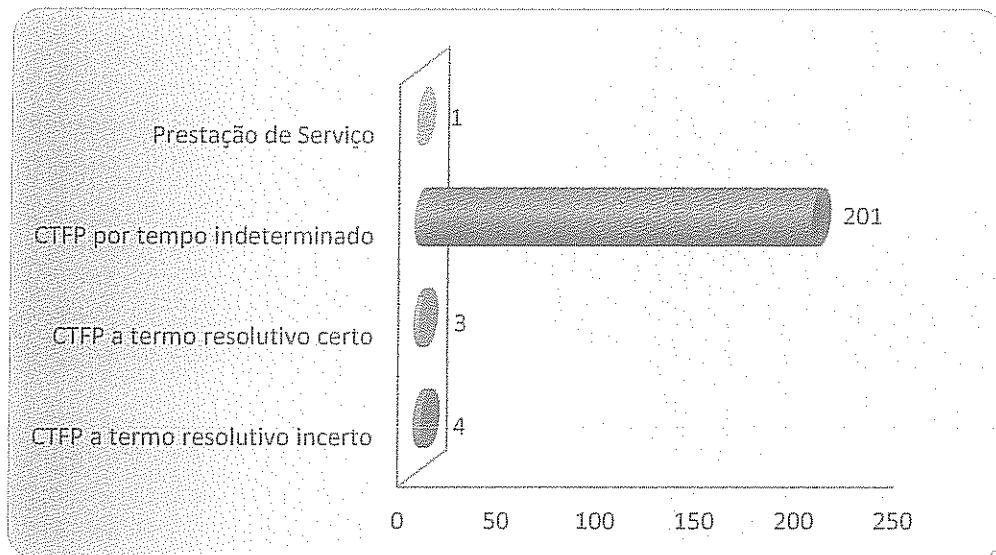
a)

Não estão incluídos estragiários do IEFP e programas ocupacionais;
Estão incluídos os eleitos locais – Outras situações;
Estão incluídos elementos do GAP – Outras situações;
Estão incluídos trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo certo, a tempo parcial, celebrado no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC);
Está incluída 1 prestação de serviços – Outras situações;
Estão contabilizados trabalhadores temporariamente ausentes, exceto aqueles que estejam ausentes há mais de 6 meses (5 assistentes operacionais, dos quais 2 na situação de Cedência de Interesse Público).

EFETIVOS SEGUNDO A RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO – 2013

Pessoal	2014	
	N.º	%
Prestação de Serviços	1	0,48
Contrato de trabalho por tempo indeterminado	201	96,17
CTFP a Termo Resolutivo Certo	3	1,44
CTFP a Termo Resolutivo Incerto	4	1,91
TOTAL	209	100,00

Este Quadro não contabiliza os eleitos em regime de permanência nem os GAP



Na repartição de efetivos por tipo de relação jurídica de emprego público, comparativamente ao anterior Relatório de Gestão, cujos dados se reportam a 31.DEZ.2013, regista-se um ligeiro decréscimo do n.º de contratos de trabalho por tempo indeterminado.

De registar que no decorrer do exercício em análise, foram efetivamente celebrados 2 contratos de trabalho a termo resolutivo certo, a tempo parcial, celebrados no âmbito do Programa das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), sendo que 1 deles foi celebrado com vista à substituição da docente que se encontrava na situação de licença de parentalidade.

Na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado não foram celebrados quaisquer contratos de trabalho.

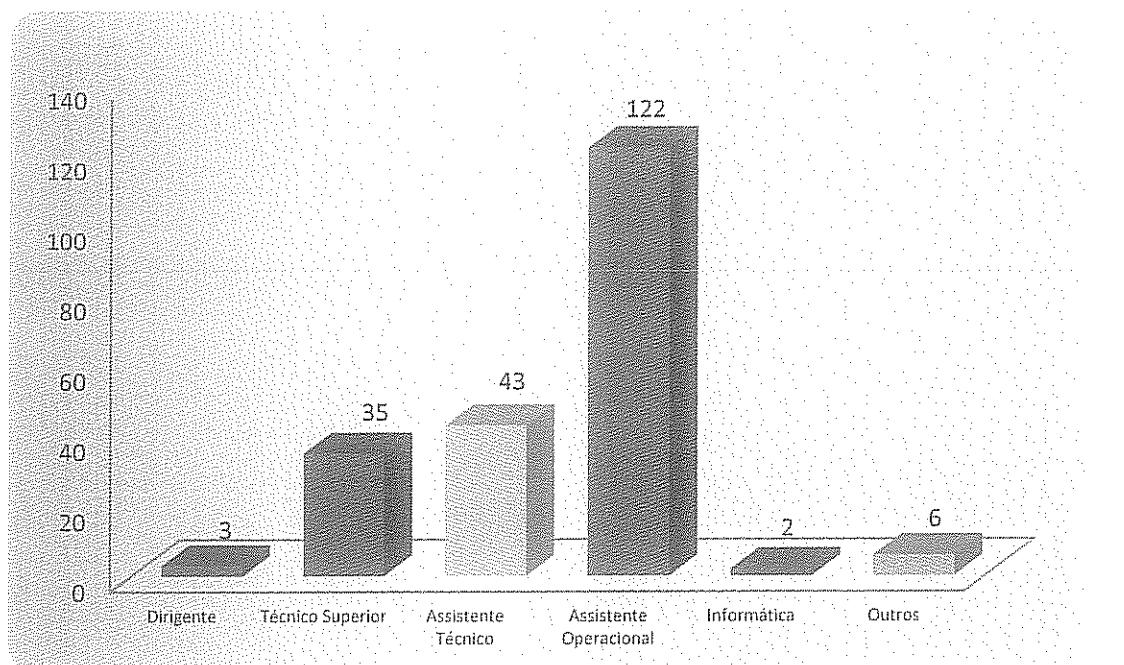
Em contrapartida, cessaram a respetiva relação jurídica de emprego público, 7 trabalhadores, dos quais:

- ✓ Na carreira de técnico superior as saídas ocorreram pela caducidade operada num contrato de trabalho celebrado no âmbito das AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular - 1;
- ✓ Na carreira de assistente técnico a única saída ocorreu por motivo de aposentação por incapacidade - 1;
- ✓ Na carreira de assistente operacional as saídas ocorreram por motivos de aposentação, limite de idade, morte, bem como outros motivos (saída ao abrigo da figura da mobilidade interna e ausência superior a 6 meses) – 5.



Constata-se ainda que a carreira predominante nas saídas é a de assistente operacional.

EFEITIVOS SEGUNDO O GRUPO PROFISSIONAL – 2013



DIRIGENTE INTERMÉDIO	TÉCNICO SUPERIOR	ASSISTENTE TÉCNICO	ASSISTENTE OPERACIONAL	INFORMATICA	OUTROS GRUPOS	TOTAL
3	35	43	122	2	6	211
1,42%	16,59%	20,38%	57,82%	0,95%	2,84%	100%

Tendo em conta o total de trabalhadores distribuídos pelos vários grupos profissionais verifica-se uma clara predominância do grupo dos Assistentes Operacionais com 57,82%, seguido pelo grupo dos Assistentes Técnicos com 20,38%. Estes dois grupos destacam-se no todo, com 78,20% atingindo quase a totalidade dos efetivos do Município e é no grupo dos Assistentes Operacionais que se verifica maior n.º de trabalhadores do sexo masculino que se evidencia com maior percentagem.

No entanto, o grupo dos Dirigentes, Assistentes Técnicos e Técnicos Superiores o sexo feminino evidencia maior número, carreiras que se destacam, igualmente, pelo nível habilitacional superior.

Deste quadro e gráfico resulta que o grupo constituído pelos Assistentes Operacionais representa 58,33% do total dos recursos humanos do Município seguido dos Assistentes Técnicos e dos Técnicos Superiores, os quais em consonância com o verificado nos anos anteriores constituem quantitativamente os três maiores grupos.

6.2 EFETIVOS SEGUNDO O SEXO

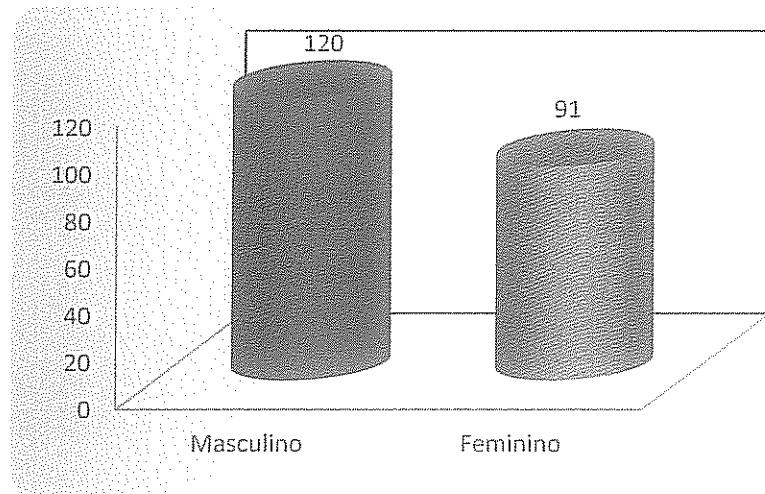
Relativamente à distribuição dos trabalhadores por sexo verifica-se uma progressiva presença do sexo feminino no universo dos efetivos da Câmara Municipal, contudo ainda está longe de atingir um peso significativo na estrutura da autarquia conforme se discrimina no seguinte quadro e respetivo gráfico:

EFETIVOS SEGUNDO O SEXO

MASCULINO	FEMININO	TOTAL
120	91	211
56,87%	43,13%	

Com base na análise deste quadro podemos constatar que no ano de 2014, neste Município verificou-se uma evidente supremacia de efetivos do sexo masculino com 56,87%, tendência que se vem manifestando, ao longo dos anos, sendo bastante decisiva na caracterização dos efetivos da Autarquia.

É de registar nos últimos anos um crescimento muito tímido dos valores do sexo feminino em decréscimo dos valores apresentados pelos trabalhadores do sexo masculino.





6.3 DISTRIBUIÇÃO DOS EFETIVOS SEGUNDO A ESTRUTURA ETÁRIA E POR GÉNERO

Da análise do seguinte quadro, verifica-se que os valores mais elevados centram-se no intervalo 35-39 anos, onde se encontram 43 trabalhadores, correspondendo a 20,38% do total de efetivos, situação semelhante à do ano anterior, em que o escalão etário mais expressivo também se encontrava entre os 35-39 anos. Por sua vez, 16,59% do total de efetivos têm idades compreendidas no intervalo 40-44 anos e em igual percentagem no intervalo 45-49 anos. O leque etário, que se traduz na diferença de idades entre o indivíduo mais novo e o mais velho é, no caso vertente, de 45 anos. Estas idades correspondem a 22 e 67 anos respetivamente.

TRABALHADORES SEGUNDO O ESCALÃO ETÁRIO

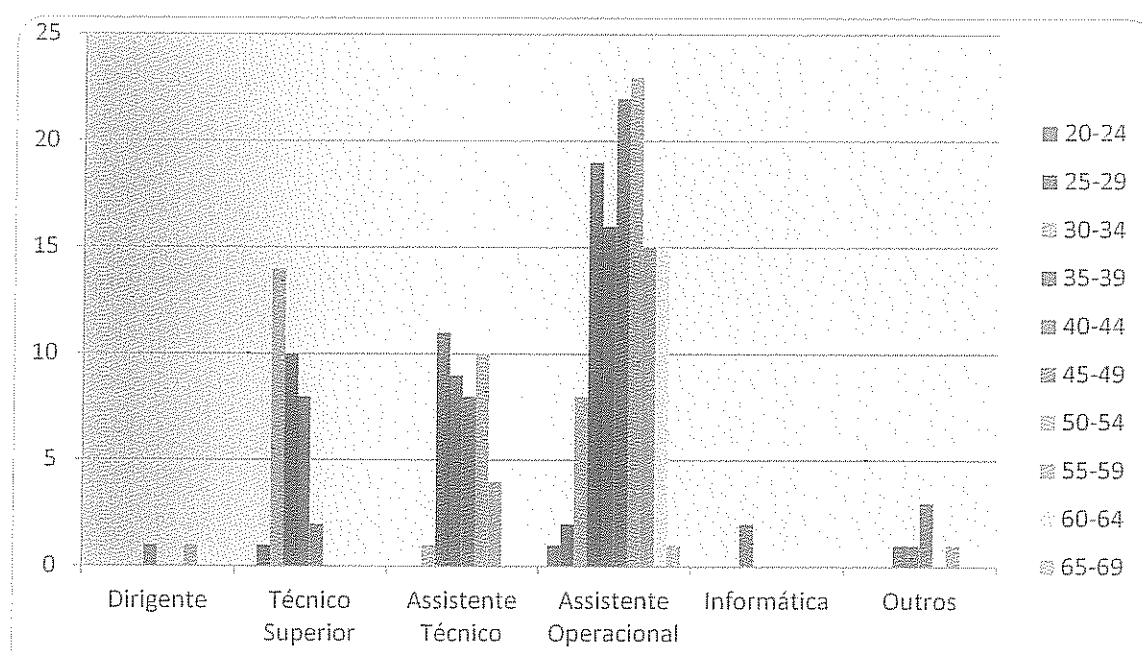
Faixas Etárias	Nº de Trabalhadores	%
Menos de 20 anos	0	0,00%
20-24 Anos	1	0,47%
25-29 Anos	3	1,42%
30-34 Anos	23	10,90%
35-39 Anos	43	20,38%
40-44 Anos	35	16,59%
45-49 Anos	35	16,59%
50-54 Anos	33	15,64%
55-59 Anos	21	9,95%
60-64 Anos	16	7,58
65-69 Anos	1	1,47%
70 ou mais anos	0	0,00%
TOTAL	211	100%

FAIXAS ETÁRIAS SEGUNDO O GRUPO PROFISSIONAL

Faixas Etárias	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros Grupos	TOTAL
20-24 Anos				1 0,82%			1 0,47%
25-29 Anos		1 2,86%		2 1,64%			3 1,42%
30-34 Anos		14 40,00%	1 2,33%	8 6,56%			23 10,90%
35-39 Anos		10 28,57%	11 25,58%	19 15,57%	2 100%	1 16,67%	43 20,38%
40-44 Anos	1 33,33%	8 22,86%	9 20,93%	16 13,11%		1 16,67%	35 16,59%
45-49 Anos		2 5,71%	8 18,60%	22 18,03%		3 50,00%	35 16,59%
50-54 Anos			10 23,26%	23 18,85%			33 15,64%

FAIXAS ETÁRIAS	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros Grupos	TOTAL
55-59 Anos	1 33,33%		4 9,30%	15 12,30%		1 16,67%	21 9,95%
60-64 Anos	1 33,33%			15 12,30%			16 7,58%
65-69 Anos				1 0,82%			1 0,47%
70 ou mais							
TOTAL	3 100%	35 100%	43 100%	122 100%	2 100%	6 100%	211 100%

FAIXAS ETÁRIAS SEGUNDO O GRUPO PROFISSIONAL



Da análise do Quadro e do Gráfico *supra*, com as faixas etárias separadas percentualmente pelos diferentes grupos profissionais, concluímos que são os Assistentes Operacionais que apresentam maior taxa percentual, caracterizando-se este grupo por abranger trabalhadores praticamente em todas as faixas etárias e com percentagens significativas dos 50-54 anos.

Nos trabalhadores de maior nível habilitacional, ou seja, no grupo dos Técnicos Superiores encontra-se uma percentagem significativa de efetivos entre os 30-34 anos, com 40,00% evidenciando que este grupo profissional se caracteriza pela sua representatividade jovem, ou seja com uma taxa de tecnicidade jovem. Os Assistentes Técnicos evidenciam maior expressão percentual também na faixa etária entre os 35-39 anos, com 25,58% de trabalhadores, caracterizados essencialmente por ativos jovens e do sexo feminino.

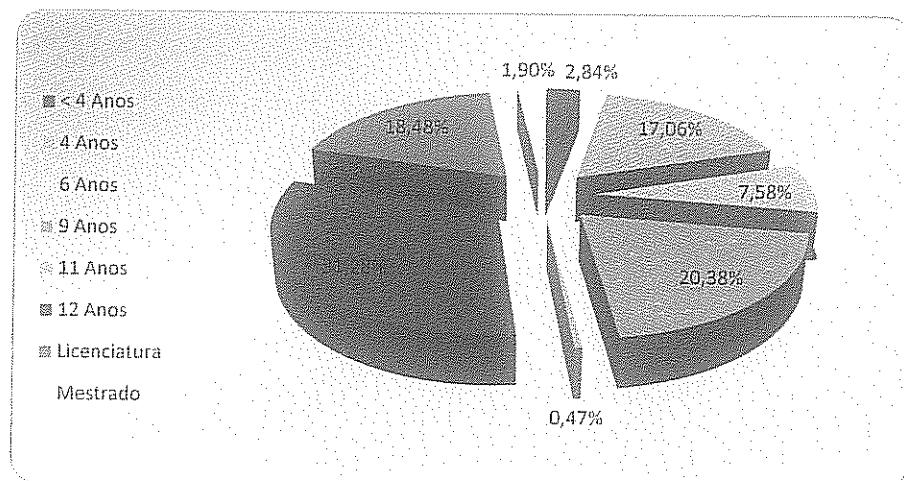
6.4 ESTRUTURA HABILITACIONAL

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	EFEITIVOS		TOTAL	%
	MASCULINO	FEMININO		
< 4 anos de escolaridade	6	0	6	2,84%
4 Anos de escolaridade	33	3	36	17,06%
6 Anos de escolaridade	12	4	16	7,58%
9º Ano ou equivalente	26	17	43	20,38%
11º Ano	0	1	1	0,47%
12º Ano ou equivalente	27	39	66	31,28%
Licenciatura	14	26	39	18,48%
Mestrado	3	1	4	1,90%

Do universo global, as taxas habilitacionais são as seguintes:

- ✓ 101 Trabalhadores possuem habilitação até ao 9º ano de escolaridade, inclusive, o que corresponde a 47,87%;
- ✓ 67 Trabalhadores detêm habilitação entre o 10º e o 12º ano de escolaridade, o que corresponde a 31,75%;
- ✓ 43 Trabalhadores possuem formação superior, correspondendo a 20,38%.

PERCENTAGENS DA ESTRUTURA HABILITACIONAL





Pela análise do Quadro e Gráfico *supra* constata-se que perto de 27,48% dos efetivos têm habilitações inferiores ao 9.º ano de escolaridade, havendo inclusive 2,84% dos trabalhadores que registam habilitações inferiores à antiga 4.ª classe.

De salientar que no quadro do nível de escolaridade a percentagem de 2,84% de efetivos que detêm habilitações até ao 4.º ano de escolaridade, respeita unicamente a efetivos do sexo masculino, sendo notório que estes trabalhadores pertencem todos eles ao grupo profissional dos Assistente Operacionais.

A nível do 12.º ano de escolaridade, o número de efetivos representa uma percentagem de 31,28% (66 trabalhadores), mais 1 trabalhador comparativamente ao ano de 2013 (65 trabalhadores) dos quais, 27 pertencem ao sexo masculino e 39 pertencem ao sexo feminino.

Os números evidenciam que no grupo de menores habilitações destacam-se significativamente os efetivos masculinos, enquanto no grupo de maiores habilitações, ou seja habilitações superiores ao 11.º ano de escolaridade, destacam-se com alguma expressão os efetivos do sexo feminino.

6.5 ABSENTISMO

Por absentismo entende-se as ausências do trabalhador durante o período normal de trabalho a que está obrigado.

O absentismo é um dos indicadores do Balanço Social, que obrigatoriamente a Administração Pública e todas as empresas com mais de 50 trabalhadores devem produzir anualmente (cfr. Decreto-Lei n.º 196/96, de 16 de outubro).

O absentismo é um fenómeno característico e inevitável do mundo do trabalho.

No entanto, quando os comportamentos de ausência dos trabalhadores excedem os limites considerados normais, criam-se problemas para as organizações, na medida em que se compromete o alcance adequado dos seus objetivos.

Numa altura em que a racionalização de custos e as exigências de eficiência devem nortear a gestão da administração pública em geral e da administração local em especial impõe-se desenvolver mecanismos que promovam a racionalização da gestão dos seus recursos humanos,



de forma a minimizar o impacto que o absentismo dos trabalhadores reflete na ineficiência organizacional.

As implicações do absentismo ao nível organizacional são consideráveis, pois para além de fomentarem os custos laborais e organizacionais, conduzem à perda de eficácia, colocando em risco a qualidade do serviço prestado.

No caso em apreço, as repercussões do absentismo poderão contribuir para a prestação de um serviço de menos qualidade aos munícipes, uma vez que a Câmara Municipal tem a missão de satisfazer as necessidades da população, prosseguindo o interesse público.

Para além das entidades empregadoras o legislador tem procurado promover tendências políticas para a contenção do absentismo ao trabalho, designadamente através da criação de medidas restritivas em termos de subsídios e execução de políticas orientadoras para a melhoria das condições de saúde e bem-estar no trabalho.

A eficiente implementação de tais medidas implica, desde logo, uma correta delimitação do conceito de falta que nos termos do art.º 133.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – abreviadamente, LGTFP – aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, consiste “*na ausência do trabalhador do local em que devia desempenhar a atividade durante o período normal de trabalho diário*”.

A falta pode ser justificada ou injustificada. Salvo algumas exceções expressamente previstas na Lei, apenas as faltas injustificadas que são determinadas por exclusão, abarcando todas as ausências que não se encontram legalmente elencadas como faltas justificadas, constituem uma violação do dever de assiduidade e determinam a perda de direitos do trabalhador.

De facto, no decurso do ano de 2014 verificou-se um aumento significativo de ausências ao trabalho que se deveram a motivos atendíveis e que integram o conceito de falta justificada, destacando-se entre outras as seguintes tipologias: parentalidade, falecimento de familiar ou afim, prestação de provas em estabelecimento de ensino no caso de trabalhadores estudantes, doença, consultas/exames médicos, acidente em serviço, assistência a familiares, por conta do período de férias, obrigações legais, socorrista, entre outras não menos relevantes.

No ano 2014, foram contabilizadas 4.328,50 dias de ausência de trabalho por parte dos trabalhadores do Município, cuja distribuição por género foi de 61,18% para o sexo masculino e de 38,82% para o sexo feminino, conforme melhor se evidencia no seguinte quadro:



	Dirigente - Intermédio	Carreiras Gerais – Técnico Superior	Carreiras Gerais – Assistente Técnico	Carreiras Gerais – Assistente Operacional	Informática	Outros	TOTAL
Casamento	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 15 T: 15	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 15 T: 15
Proteção na Parentalidade	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 309 T: 309	H: 0 M: 126 T: 126	H: 0 M: 150 T: 150	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 585 T: 585
Falecimento de Familiar	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 7 T: 7	H: 0 M: 2 T: 2	H: 49 M: 5 T: 54	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 49 M: 14 T: 63
Doença	H: 2 M: 86 T: 88	H: 38 M: 76 T: 114	H: 365 M: 143 T: 508	H: 1.633 M: 223 T: 1.856	H: 0 M: 0 T: 0	H: 16 M: 0 T: 16	H: 2.054 M: 528 T: 2.582
Por acidente em serviço ou doença profissional	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 160 M: 24 T: 184	H: 0 M: 0 T: 0	H: 10 M: 0 T: 10	H: 219 M: 24 T: 243
Assistência a familiares	H: 11 M: 0 T: 11	H: 16 M: 43 T: 59	H: 4 M: 93 T: 97	H: 39 M: 79 T: 118	H: 0 M: 0 T: 0	H: 3 M: 0 T: 3	H: 73 M: 215 T: 288
Trabalhador- estudante	H: 0 M: 0 T: 0	H: 1 M: 0 T: 1	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 4 M: 0 T: 4	H: 0 M: 0 T: 0	H: 5 M: 0 T: 5
Por conta do período de férias	H: 9,5 M: 11 T: 20,5	H: 42,5 M: 71,5 T: 114	H: 15 M: 53,5 T: 68,5	H: 68 M: 44,5 T: 112,5	H: 3 M: 0 T: 3	H: 5 M: 2 T: 7	H: 143 M: 182,5 T: 325,5
Com perda de vencimento	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0
Cumprimento de pena disciplinar	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0
Greve	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0
Injustificadas	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0	H: 0 M: 0 T: 0
Outros	H: 4 M: 8 T: 12	H: 17 M: 42 T: 59	H: 3 M: 29 T: 32	H: 69 M: 38 T: 107	H: 0 M: 0 T: 0	H: 12 M: 0 T: 12	H: 105 M: 117 T: 222
Totais	H: 26,5 M: 105 T: 131,5	H: 114,5 M: 548,5 T: 663	H: 387 M: 446,5 T: 833,5	H: 2.067 M: 578,5 T: 2.645,5	H: 7 M: 0 T: 7	H: 46 M: 2 T: 48	H: 2.648 M: 1.680,5 T: 4.328,5

As faltas por doença são as que assumem maior significado no total de ausências dos colaboradores, representando 59,65%, seguidas pelas originadas por motivo de parentalidade (13,51%) e por conta do período de férias (7,52%).

No ano de 2014, a taxa de absentismo foi, assim, de 8,14%, significativamente maior em comparação ao ano de 2013, que registou uma taxa de absentismo de 6,40%. É de facto pelo motivo de doença ou



doença prolongada que os nossos efetivos mais faltaram, sempre com valores superiores que rondam os 59,65% do total do Absentismo.

Evolução Dos Valores Do Absentismo De 2011 A 2014

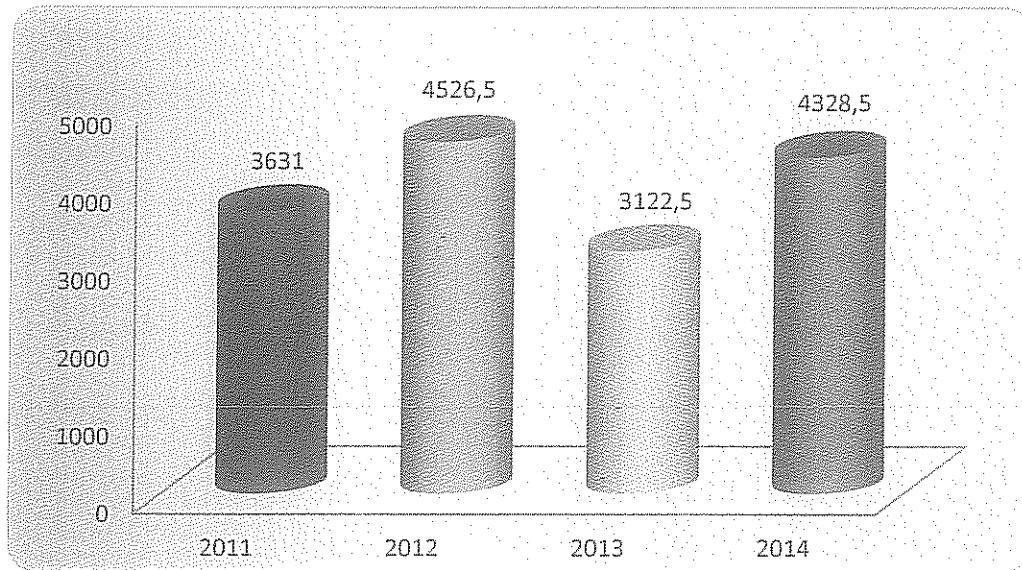
Evolução Do Total De Dias De Ausência Nos Últimos 4 Anos

MOTIVO DE AUSÊNCIA	2011		2012		2013		2014	
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
Casamento	26	0,72%	0	0,00	0	0,00%	15	0,35
Parentalidade	919	25,31%	1.222	27,00	814	26,07%	585	13,51
Falecimento de Familiar	52	1,43%	79	1,75	87	2,79%	63	1,46
Doença	1.547	4,61%	2.051	45,31	982	31,45%	2.582	59,65
Acidente em serviço	137	3,77%	183	4,04	138	4,42%	243	5,61
Assistência a familiares	259	7,13%	318	7,03	364	11,66%	288	6,61
Trabalhador-estudante	43	1,18%	47	1,04	62	1,99%	5	0,12
Por conta do período de férias	293	8,07%	337,5	7,46	290,5	9,30%	325,5	7,52
Com perda de vencimento	0	0,00%	17	0,38	0	0,00%	0	0,00%
Greve	12	0,33%	12	0,27	3	0,10%	0	0,00%
Injustificadas	103	2,84%	4	0,09	0	0,00%	0	0,00%
Outros	240	6,61%	256	5,66	382	12,23%	222	5,13
TOTAL	3.631	100%	4.526,5	100%	3.122,5	100%	4.328,5	100%

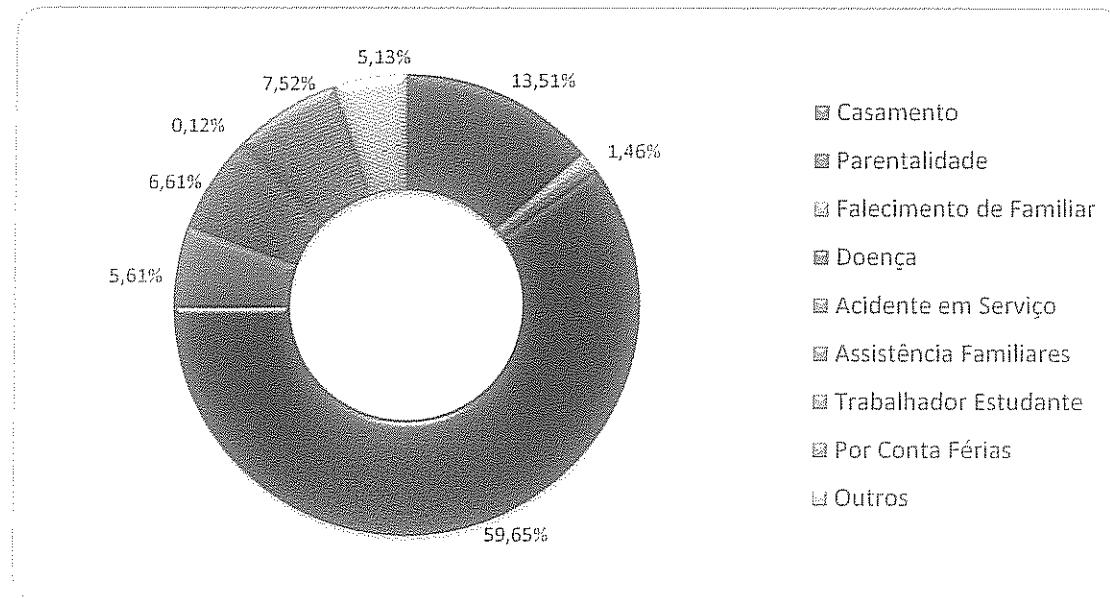
Evolução Do Absentismo Nos Últimos 4 Anos

Taxa Absentismo	2011	2012	2013	2014
	6,13%	8,06%	6,40%	8,14%

EVOLUÇÃO DOS VALORES DO ABSENTISMO



DISCRIMINAÇÃO PERCENTUAL DAS AUSÊNCIAS AO TRABALHO NO ANO DE 2014



Ao analisar os dados contidos no Quadro e Gráfico relativo ao Absentismo nos últimos 4 anos, constatamos que as ausências ao trabalho apresentam valores relativamente altos, nomeadamente no que diz respeito ao ano de 2012, reduzindo no entanto a sua percentagem no ano seguinte, apresentando-se o ano de 2013 com valores consideravelmente reduzidos de ausências ao serviço. Tal facto esteve diretamente relacionado com uma redução efetiva de trabalhadores, motivadas essencialmente pelas saídas verificadas, contudo, e não obstante essa redução, os valores de absentismo no ano em análise (2014) voltaram a aumentar consideravelmente, facto explicado pela



alta percentagem de ausências motivadas pela situação de doença de alguns colaboradores municipais.

O Absentismo pode ter origem em diferentes motivos de ausência, definidos por Lei, alguns dos motivos apresentam valores relativos com pouca expressão.

As faltas com perda de vencimento apenas tiveram expressão no ano de 2012 e as faltas por casamento apresentam valores pouco expressivos, no entanto há ausências registadas pelo motivo de doença ou doença prolongada que apresentam valores superiores que rondam os 59,00%, do total do absentismo, evidenciando o ano 2014 um percentual considerável, revelando um absentismo crescente.

A questão das ausências ao trabalho terá de ser estudada e encarada diretamente, pois tem reflexos destrutivos na qualidade dos serviços prestados, na produtividade e com alguma tendência para deixar efeitos menos positivos na moral coletiva de qualquer organização.

6.6 ACIDENTES, OCORRIDOS EM SERVIÇO E NÚMERO DE DIAS PERDIDOS COM BAIXA

ACIDENTES

No ano de 2014 registaram-se onze (11) acidentes em serviço, no local de trabalho.

Nove (9) acidentes dos 11 registados tiveram como consequência a perda de 243 dias de trabalho.

Dos acidentes ocorridos no ano de 2014, 18,18% foram sofridos por mulheres e 81,82% sofridos por homens.

No percurso para/do local de trabalho (*In itinere*) não se registaram acidentes.

Não se registaram acidentes mortais.

MEDICINA NO TRABALHO

A Câmara Municipal de Almodôvar, desde o ano de 2012, tem vindo a apostar na área da medicina do trabalho, tendo sido realizados 136 exames médicos aos trabalhadores do município (exames de admissão – 2; exames periódicos – 134), porquanto, no ano de 2013 foram realizados 78 exames médicos.



Para além dos encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho, foram, igualmente, investidos €1.769,84 na aquisição de equipamentos de proteção individual para os trabalhadores municipais.

No âmbito da segurança e saúde no trabalho, realizaram-se no decurso do ano de 2014, 2 ações de formação e sensibilização, que abrangeu um total de 6 trabalhadores do Município.

6.7 CONTAGEM DOS TRABALHADORES ADMITIDOS E REGRESSADOS

	Dirigente - Intermédio		Carreiras Gerais – Técnico Superior		Carreiras Gerais – Assistente Técnico		Carreiras Gerais – Assistente Operacional		Informática		Outros		TOTAL	
	H:	M:	H:	M:	H:	M:	H:	M:	H:	M:	H:	M:	T:	H:
Procedimento Concursal	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0
	M:	0	M:	2	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	2
	T:	0	T:	2	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	2
Cedência de Interesse Público	H:	0	H:	0	H:	0	H:	2	H:	0	H:	0	H:	2
	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0
	T:	0	T:	0	T:	0	T:	2	T:	0	T:	0	T:	2
Mobilidade Interna a Órgãos ou Serviços	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0
	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0
	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0
Regresso de Licença	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0
	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0
	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0
Comissão de Serviço	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0
	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0
	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0
Outras Situações	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0	H:	0
	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0
	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0	T:	0
Totais	H:	0	H:	0	H:	0	H:	2	H:	0	H:	0	H:	2
	M:	0	M:	2	M:	0	M:	0	M:	0	M:	0	M:	2
	T:	0	T:	2	T:	0	T:	2	T:	0	T:	0	T:	4

No ano em apreço, ocorreram as seguintes admissões e regressos:

- ✓ Na carreira técnica superior: Foram desencadeados os procedimentos com vista à abertura de um procedimento concursal para a ocupação de 1 posto de trabalho, no âmbito de uma relação jurídica de emprego público por tempo determinado, entre os meses de setembro de 2014 e junho de 2015, a tempo parcial, com vista à docência da disciplina de Inglês, no âmbito das atividades de enriquecimento curricular, de acordo com os termos previstos no Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, conjugada com o disposto sobre a matéria na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. – 2¹;

¹ Tendo em consideração que o TS que aceitou a oferta encontrava-se, à data, na situação de parentalidade foi, consequentemente, desencadeada a necessária reserva de recrutamento, tendo sido provido outro TS, em regime de substituição.



- ✓ Na carreira de assistente operacional: Regressaram da situação de cedência de interesse público, 2 assistentes operacionais, com efeitos a 01 de janeiro de 2014 - 2.

6.8 CONTAGEM DAS SAÍDAS DE TRABALHADORES

	Dirigente - Intermédio	Carreiras Gerais – Técnico/ Superior	Carreiras Gerais – Assistente Técnico	Carreiras Gerais – Assistente Operacional	Informática	Outros	TOTAL
Caducidade	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0
	M: 0	M: 1	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 1
	T: 0	T: 1	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 1
Revogação (mútuo acordo)	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0
	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0
	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0
Resolução ou Exoneração (iniciativa do empregador)	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0
	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0
	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0
Resolução, Denúncia ou Exoneração (iniciativa do trabalhador)	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0
	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0
	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0
Sanção disciplinar	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0
	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0
	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0
Outros	H: 0	H: 0	H: 0	H: 3	H: 0	H: 0	H: 3
	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0
	T: 0	T: 0	T: 0	T: 3	T: 0	T: 0	T: 3
Conclusão sem sucesso do período experimental	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0
	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0
	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0
Fim da Situação de mobilidade interna	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0
	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0
	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0
Caducidade	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0
	M: 0	M: 1	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 1
	T: 0	T: 1	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 1
Revogação (mútuo acordo)	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0
	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0
	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0
Resolução ou Exoneração (iniciativa do empregador)	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0
	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0
	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0
Resolução, Denúncia ou Exoneração (iniciativa do trabalhador)	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0
	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0
	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0
Sanção disciplinar	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0
	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0
	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0
Outros	H: 0	H: 0	H: 0	H: 3	H: 0	H: 0	H: 3
	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0
	T: 0	T: 0	T: 0	T: 3	T: 0	T: 0	T: 3
Conclusão sem sucesso do período experimental	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0
	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0
	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0
Fim da Situação de mobilidade interna	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0	H: 0
	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0	M: 0
	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0	T: 0



No decurso do ano de 2014 registou-se a saída de 7 trabalhadores, dos quais:

- ✓ Na carreira de técnico superior as saídas ocorreram pela caducidade operada num contrato de trabalho celebrado no âmbito das AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular - 1;
- ✓ Na carreira de assistente técnico a única saída ocorreu por motivo de aposentação por incapacidade - 1;
- ✓ Na carreira de assistente operacional as saídas ocorreram por motivos de aposentação, limite de idade, morte, bem como outros motivos (saída ao abrigo da figura da mobilidade interna e ausência superior a 6 meses) – 5.

6.9 FORMAÇÃO

A Formação é um instrumento de Gestão de Recursos Humanos eficaz e indispensável para atingir os objetivos organizacionais, que visa a aquisição de conhecimentos, desenvolvimento das competências pessoais, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício das funções próprias, conducentes à melhoria da produtividade organizacional.

Pretende igualmente dotar a administração autárquica de maior capacidade para responder eficazmente aos novos desafios da descentralização e da modernização administrativa, bem como os novos desafios do desenvolvimento local e regional, da sociedade de informação e da crescente exigência na qualidade dos serviços prestados aos utentes.

A formação profissional tem uma componente estruturante, na medida em que tem por objetivo desenvolver competências-chave nos trabalhadores municipais face aos novos imperativos da Administração.

Neste quadro de objetivos e resultados expectáveis, com a Formação profissional pretende-se alinhar a oferta formativa às necessidades da Câmara Municipal.

Nestes termos, no decurso do ano de 2014 a Câmara Municipal com o objetivo valorizar e qualificar os seus Recursos Humanos e, desta forma, potenciar a eficácia dos Serviços, na perspetiva do desenvolvimento de uma atitude orientada para o Município, criou, nomeadamente, condições para estimular a qualificação e o mérito, bem como os mecanismos inerentes à sua valorização.



A área da formação profissional, como poderosa ferramenta que é no enriquecimento das competências dos recursos humanos das organizações, tem merecido por parte da Câmara Municipal de Almodôvar elevada preocupação.

Para o efeito, privilegiou a formação promovida por entidades devidamente credenciadas, nomeadamente o INA, o CEFA, a ATAM, a AMBAAL, a ANMP e a Ordem dos Arquitetos.

Os seguintes quadros evidenciam o número de horas de formação, bem como o número de participações:

CONTAGEM DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL POR TIPO SEGUNDO A DURAÇÃO DA AÇÃO

	Menos de 30 Horas	De 30 a 59 Horas	De 60 a 119 Horas	120 Horas ou mais	TOTAL
Internas	5,00	,00	,00	,00	5,00
Externas	24,00	3,00	2,00	,00	29,00
Totais	29,00	3,00	2,00	,00	34,00

CONTAGEM DOS PARTICIPANTES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL POR CARGO/CARREIRA, SEGUNDO O TIPO DE AÇÃO

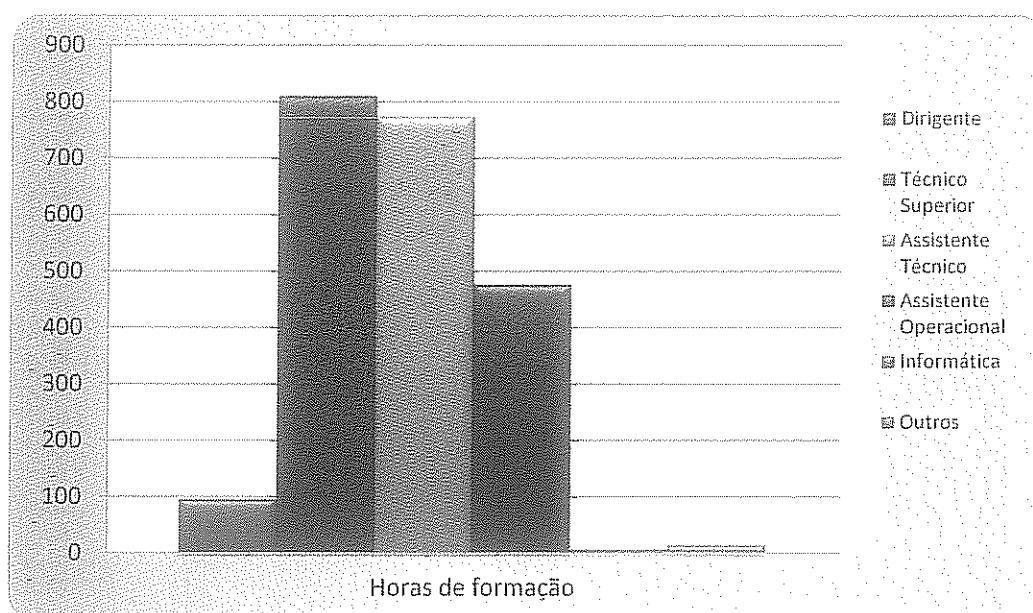
	Dirigentes	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	TOTAL
Internas	4,00	17,00	15,00	9,00	,00	,00	45,00
Externas	6,00	29,00	27,00	10,00	1,00	2,00	75,00
Totais	10,00	46,00	42,00	19,00	1,00	2,00	120,00

CONTAGEM DAS HORAS DESPENDIDAS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL POR CARGO/CARREIRA SEGUNDO O TIPO DE AÇÃO

	Dirigentes	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	TOTAL
Internas	55,00	257,50	201,00	154,00	,00	,00	657,50
Externas	41,00	553,00	573,00	322,00	7,00	14,00	1.510,00
TOTAIS	96,00	810,50	774,00	476,00	7,00	14,00	2.177,50

As ações de formação realizadas e frequentadas pelos trabalhadores da CMA, no ano de 2014, tiveram uma componente interna (5) e outra externa (29), num total de 34 ações, num total de 2.177,5 horas, sendo 667,5 horas de formação interna e de 1.510 horas de formação externa. Estas ações abrangeram um universo de 120 formandos.

HORAS DESPENDIDAS EM FORMAÇÃO POR CARGO/CARREIRA



Os trabalhadores da carreira/categoria de técnico superior foram os que mais horas estiveram em formação, contudo apenas no que respeita à formação interna, porque os colaboradores integrados na carreira/categoria de assistente técnico foram os que mais receberam formação, promovida externamente (573 horas). Aquele grupo profissional foi o que mais participou em ações de formação tendo atingido um número total de 46 participações que equivale a 38,33% do total das participações, muito próximo do grupo profissional de assistente técnico com 42 participações, que representa 35,00% do total das participações.

O maior número de horas de formação foi despendido em ações externas.

As ações de formação internas, num total de 5, decorreram nas instalações da Câmara Municipal e realizaram-se através de sessões de formação em sala, ministrada por formadores externos.

A duração de cada uma destas 5 ações situou-se entre as 5 e as 21 horas de formação. Estas ações de formação incidiram nas seguintes áreas temáticas:



- ❖ Erros e Omissões em Projetos de Empreitadas de Obras Públicas;
- ❖ Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- ❖ O Código da Contratação Pública;
- ❖ Curso de manobrador de Máquinas em Obras;
- ❖ UP Grade – Aplicação Informática Bis-RH.

No que concerne às ações de formação externas, num total de 29, estas realizaram-se em diferentes entidades formadoras, tais como a Associação Passo a Passo, Escola de Condução Quarteirense, Universidade Lusíada; ARQCOOP, CRL, Ordem dos Arquitetos, ESRI Portugal, IRMC Formação & Companhia, Câmara Municipal de Aljustrel, CIMBAL, AMA, Associação Portuguesa para a Igualdade Parental e Direitos dos Filhos, CEFA, UBINET, CCDR em Parceria com a Câmara Municipal de Faro, Associação Portuguesa de Nutricionistas, Entidade regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo e Turismo de Portugal, Embaixada do Conhecimento, ANMP e ANIECA.

Estas ações externas consistiram, designadamente, na promoção de CURSOS, SEMINÁRIOS, WORKSHOP, CONFERÊNCIAS, ENCONTROS, SIMPÓSIOS, CONGRESSOS e incidiram, particularmente, sobre as seguintes áreas temáticas:

- ❖ Encontro 10 anos a acertar o passo;
- ❖ Licenciamento Zero;
- ❖ Formação Contínua – CAM;
- ❖ III Congresso Internacional de Serviço Social;
- ❖ MuniSIG 10.2;
- ❖ Distribuição, Comercialização e Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos – Técnico;
- ❖ Conferências de Aljustrel – Cidadania, Inovação & Território;
- ❖ Licenciamento Zero – Apresentação de Novas Funcionalidades;
- ❖ III Conferência Internacional – Igualdade Parental;
- ❖ Curso Geral de proteção Civil;
- ❖ V SimSic – Simpósio de Segurança e Cibercrime;
- ❖ Curso de Motoristas de Transporte de Crianças;
- ❖ EUE 2014 – 12.º Encontro de Utilizadores da ESRI Portugal;
- ❖ Curso de Especialização em Contabilidade Analítica como Instrumento de Gestão das Autarquias Locais;
- ❖ Workshop sobre Vetorização do Cadastro em Quantum GIS;
- ❖ X Fórum Nacional de Urbanismo e Autarquias – Cidades Equitativas – Urbanismo Socialmente Responsável;
- ❖ CAP Planeamento, Elaboração e Avaliação de Ementas e Menus para a População Escolar;
- ❖ Sessão de Esclarecimento “As Alterações do Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos”;
- ❖ Gestão de Qualidade dos Serviços Municipais;
- ❖ A Gestão das Coleções nas Bibliotecas Municipais;



- ⊕ Relacionamento Interpessoal e Gestão de Conflitos;
- ⊕ Escrita WEB – Técnicas, estratégias e Novas Fórmulas;
- ⊕ Tratamento Documental – Análise de Conteúdo: Indexação e Classificação;
- ⊕ Serviços de Referência em Unidades de Informação;
- ⊕ Bibliotecas Municipais – Leituras Partilhadas;
- ⊕ Bibliotecas Municipais – Recursos Educativos na Leitura Infantil;
- ⊕ Curso Prático de Protocolo Autárquico;
- ⊕ Gestão e Prevenção dos Serviços de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho nas Autarquias Locais;
- ⊕ Alterações ao Zonamento e Coeficientes de Localização para Cálculo do Valor Patrimonial Tributário (Código do IMI).

As ações de formação decorreram na sua totalidade em regime presencial.

Não foram frequentadas ações de formação em regime de autoformação.

DESPESAS COM FORMAÇÃO

Os custos totais com a formação, em 2014 foram de €13.174,40. A despesa com as ações de formação interna foi de €9.904,10² e com as ações de formação externa foi de €3.270,30.

A taxa de investimento em formação, que se traduz pelo ráio das despesas com formação e o total dos encargos com pessoal, foi no ano de 2014 de 0,47 %, sendo que no ano de 2013 havia sido de 0,30 %.

Tipos de Ação de Formação para Despesas	Valor (Euros)
Internas	9.904,10
Externas	3.270,30
Total:	13.174,40

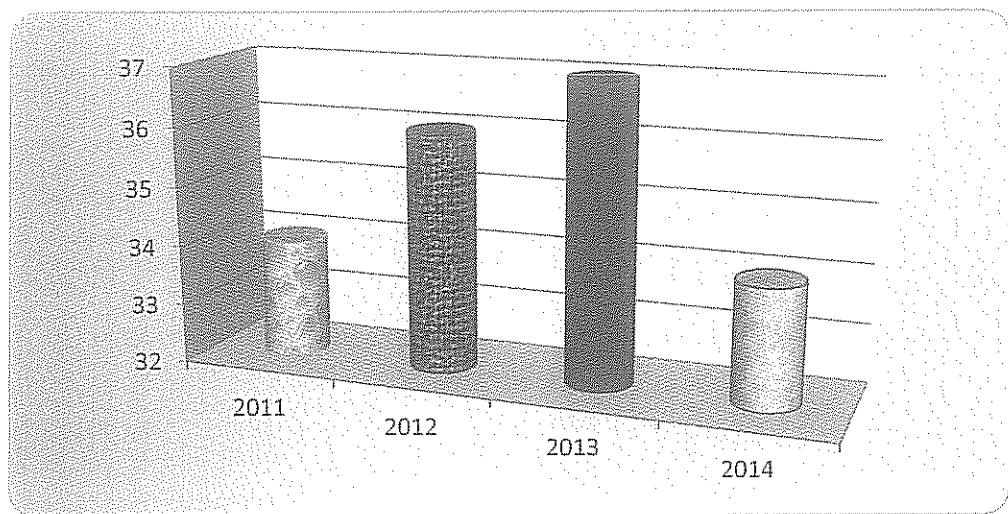
² Neste total foram contabilizados os encargos (€6.937,50) respeitantes à formação já ministrada no ano de 2013, no âmbito da candidatura 3.4 – Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local, aprovada pela Comissão Diretiva do POPH.



DADOS COMPARATIVOS DO N.º DE AÇÕES DE FORMAÇÃO REALIZADAS

2011	2012	2013	2014
34	36	37	34

Evolução das Ações de Formação de 2011 a 2014



O número total de ações de formação realizadas apresenta um ligeiro crescimento desde o ano de 2010 e até 2013, verificando-se uma timida descida do número de ações de formação promovidas no ano de 2014 (menos 3 ações), contudo a formação no Município tem assumido um papel preponderante e apresentado registos significativos e importantes, devido essencialmente, e nestes últimos anos, ao Programa Operacional do Potencial Humano (POPH).

Estes programas têm como objetivo implementar processos de melhoria nos serviços, aumentar o nível de qualificação e competências dos seus recursos humanos e dotar a Autarquia de maior capacidade de para responder eficazmente aos novos desafios de descentralização administrativa e desenvolvimento.

6.10 MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO

CONTRATO EMPREGO-INSERÇÃO

O Contrato Emprego-Inserção (CEI) consiste na realização de trabalho socialmente necessário, isto é, na



realização de atividades que satisfaçam necessidades sociais ou coletivas temporárias por desempregados inscritos no Instituto de Emprego e Formão Profissional, I.P. (IEFP).

As atividades a desenvolver no âmbito dos projetos CEI devem ser relevantes para a satisfação de necessidades sociais ou coletivas e não devem visar a ocupação de postos de trabalho.

Duração: Os Projetos CEI têm a duração máxima de 12 meses, com ou sem renovação, não podendo ser celebrado por um período de duração superior ao termo do período previsto para a concessão da prestação de desemprego.

Destinatários: São beneficiários da Medida CEI, os desempregados inscritos no IEFP, I.P., beneficiários de: - Subsídio de desemprego; - Subsídio social de desemprego. São beneficiários da Medida CEI+, os desempregados inscritos no IEFP, I.P., beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI).

Direitos do beneficiário:

- Bolsa mensal complementar de montante correspondente a 20% do Indexante dos Apoios Sociais, paga pela entidade promotora (€83,84/mês);
- Despesa de transporte entre a residência habitual e o local de atividade, se a entidade empregadora não assegurar o transporte até ao local onde se exerce a atividade;
- Subsídio de alimentação por cada dia de atividade, de valor correspondente à generalidade dos seus trabalhadores (€4,27/dia de trabalho);
- Seguro que cubra os riscos que possam ocorrer durante e por causa do exercício das atividades integradas num projeto de trabalho socialmente necessário;
- Tempo necessário para as diligências legalmente previstas para a procura ativa de emprego, até ao limite de horas correspondente a 4 dias por mês, devendo comprovar a efetivação das mesmas (dias de dispensa).

Todos os encargos *supra* referidos são suportados pela Câmara Municipal de Almodôvar.

CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO+

- Bolsa de ocupação mensal de montante correspondente ao valor do IAS (Indexante dos Apoios Sociais) (€419,22/mês);
- Despesa de transporte entre a residência habitual e o local de atividade, se a entidade empregadora não assegurar o transporte até ao local onde se exerce a atividade;
- Subsídio de alimentação por cada dia de atividade, de valor correspondente à generalidade dos seus



trabalhadores (€4,27/dia de trabalho);

- Seguro que cubra os riscos que possam ocorrer durante e por causa do exercício das atividades integradas num projeto de trabalho socialmente necessário;
- Tempo necessário para efetuar as diligências legalmente previstas para a procura ativa de emprego, até ao limite de horas correspondente a 4 dias por mês, devendo comprovar a efetivação das mesmas.

Encargos: No caso de celebração de CEI+ (beneficiários do RSI) os encargos são suportados na seguinte modalidade: - IEFP participa:

- 80% do valor da bolsa de ocupação mensal (€335,38);
- 90% do valor da bolsa mensal no caso de CEI+ celebrados com pessoas com deficiências e incapacidades (€377,30).

- Município de Almodôvar (Entidade Promotora) suporta os seguintes encargos:

- 20% do valor da bolsa de ocupação mensal (€83,84);
- 10% do valor da bolsa mensal no caso de CEI+ celebrados com pessoas com deficiências/incapacidades (€41,92);
- Subsídio de alimentação;
- Subsídio de transporte;
- Seguro de acidentes pessoais (que será da responsabilidade do IEFP, quando se trate de pessoas com deficiências/incapacidades).

ESTÁGIOS EMPREGO

No que respeita aos estágios emprego, o valor da bolsa de estágio a comparticipar pela Câmara Municipal, enquanto entidade promotora, dependeu do nível de estágio a realizar, cabendo-lhe ainda a satisfação dos encargos decorrentes com a Segurança Social.

Durante o ano 2014 o Município de Almodôvar, na qualidade de Entidade Promotora, desenvolveu vários projetos desta natureza, em várias Unidades Orgânicas, tendo em conta:

- ※ A satisfação de necessidades sociais ou coletivas, promovendo a empregabilidade de pessoas em situação de desemprego, preservando e melhorando as suas competências sócio-profissionais;
- ※ A participação de pessoas em situação de desemprego em atividades socialmente úteis com vista a reforçar as suas competências relacionalis e pessoais, valorizar a autoestima, bem como estimular hábitos de trabalho;
- ※ Promover, em alguns casos, a reintegração/reinserção social dos utentes, bem como a sua valorização pessoal e sensibilização para a empregabilidade e eventual inserção no mercado de trabalho.



Por tipologia de contrato verificou-se que:

- ❖ Contrato Emprego Inserção – CEI – participaram 44 pessoas, sendo 18 do sexo masculino e 26 do sexo feminino;
- ❖ Contrato Emprego Inserção + - CEI+ - participaram 52 pessoas, das quais 20 do sexo masculino e 32 de sexo feminino;
- ❖ Os programas destinados a pessoas com deficiência/incapacidade, na vertente CEI+, abrangeram 3 pessoas, das quais 2 do sexo masculino e 1 do sexo feminino;
- ❖ CEI Património – participaram 11 pessoas, sendo 2 do sexo masculino e 9 do sexo feminino;
- ❖ Estágios Passaporte Emprego – participaram 7 pessoas, sendo 3 do sexo masculino e 4 do sexo feminino;
- ❖ Estágios Profissionais – participaram 14 pessoas, sendo 2 do sexo masculino e 12 do sexo feminino;
- ❖ Estágios Emprego – participaram 40 pessoas, sendo 7 do sexo masculino e 33 do sexo feminino.

A mobilização dos recursos financeiros da Câmara Municipal, no exercício de 2014, nos contratos mencionados foi a seguinte:

MEDIDAS ACTIVAS DE EMPREGO/ESTÁGIOS QUALIFICAÇÃO-EMPREGO

	RECEITA	DESPESA
"Contrato Emprego-Inserção"		
"Contrato Emprego-Inserção+"		
"Contrato Emprego-Inserção p/ pessoas com Deficiências/Incapacidades	€343.019,50	€227.819,97



7. SITUAÇÃO ECONÓMICA, FINANCEIRA E ORÇAMENTAL

7.1 INTRODUÇÃO

Com o presente capítulo do Relatório de Gestão da Câmara Municipal de Almodôvar pretende-se dar cumprimento ao estipulado na nota Técnica n.º 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

Nos termos dos n.os 1, 2 e 13 do POCAL compete ao órgão executivo a elaboração anual do Relatório de Gestão, bem como dos demais documentos de prestação de contas que submeterá a apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.

Neste capítulo disponibiliza-se informação relativa à atividade financeira e patrimonial da autarquia, evidenciando os aspetos mais importantes, com particular ênfase na análise da execução orçamental das receitas e das despesas, relevando aspetos do investimento realizado, do endividamento municipal, identificando os resultados operados no exercício, bem como a apresentação da proposta de aplicação do resultado líquido.

Nestes termos, a análise da situação económica e financeira do Município reportada ao exercício de 2014, incidirá sobre o seguinte:

- ❖ Execução orçamental das receitas e das despesas e respetivos indicadores;
- ❖ Os indicadores de gestão financeira adequados à análise do balanço e da demonstração de resultados;
- ❖ Investimento realizado;
- ❖ Evolução do Serviço da Dívida nas componentes de curto, médio e longo prazo;
- ❖ Resultados obtidos no exercício;
- ❖ Proposta fundamentada da aplicação do Resultado Líquido do Exercício; e
- ❖ Registo dos factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

A análise desenvolvida no presente capítulo do Relatório de Gestão é suportada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas devidamente evidenciados nos quadros que se apresentam, e permitem uma reflexão sobre o modo como se operou a execução do orçamento e a posição financeira da autarquia, através da análise e estudo da evolução e estrutura dos diferentes agregados contabilísticos, permitindo uma avaliação global e sucinta do desempenho económico e da



situação patrimonial reportada ao exercício de 2014.

1 – Em termos de posição financeira assinala-se:

- a. Aumento do ativo líquido na ordem de €2.915.626,04, essencialmente por reforço do imobilizado no valor de €1.193.080,34 e dos depósitos em instituições financeiras e caixa no valor de €1.201.894,18;
- b. Decréscimo de €253.455,08 do total do passivo total (não considerando acréscimos e diferimentos);
- c. O passivo de médio e longo prazo diminuiu no exercício de 2014 cerca de €601.149,29 e o passivo de curto prazo, no mesmo período, aumentou €347.694,21, para este efeito o reconhecimento da dívida a 31.DEZ.2014 do valor total de €608.056,07, a subscrever para o FAM-Fundo de Apoio Municipal;
- d. Os indicadores económicos e financeiros mantêm uma estrutura equilibrada.

2 – Em termos de resultados:

- a) Resultado operacional positivo na ordem dos €389.188,38, resultado líquido de €711.375,33;
- b) Os proveitos operacionais €9.973.964,98 e os custos operacionais €9.584.776,60.

3 – Em termos orçamentais:

- a) Receita cobrada líquida foi de €14.309.015,92, correspondendo a uma execução orçamental de 85,50%;
- b) As receitas correntes cobradas foram de €9.709.693,78, enquanto as despesas correntes pagas atingiram €7.965.026,20;
- c) A receita de capital cobrada foi de €2.594.429,28, enquanto as despesas de capital pagas foram de €3.095.322,66;
- d) Saldo de disponibilidades de €3.683.447,80, dos quais €3.250.840,03 são de operações orçamentais, a transitar para 2015.

7.2 PROCESSO ORÇAMENTAL

Na reunião de 27.DEZ.2013, a Câmara Municipal aprovou a Proposta das Grandes Opções do Plano



e Orçamento para 2014, a qual foi homologada pela Assembleia Municipal na sessão ordinária de 27.DEZ.2013.

No decorrer do ano de 2014, as Grandes Opções do Plano e Orçamento foram objeto de **dezoito alterações**, aprovadas pelo Vice-Presidente da Câmara, no âmbito das competências delegadas e **duas revisões** às Grandes Opções do Plano e Orçamento, aprovadas pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, conforme se descreve no seguinte quadro:

MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DE 2014

Alteração/Revisão	Data do despacho do Vice-Presidente da Câmara	Data da Reunião da Câmara Municipal	Data da Sessão da Assembleia Municipal	Data da comunicação às entidades competentes
1.º Alteração	24.01.2014	05.02.2014		24.01.2014
1.º Revisão	17.02.2014	19.02.2014	28.02.2014	07.03.2014
2.º Alteração	28.02.2014	05.03.2014	-----	03.03.2014
3.º Alteração	19.03.2014	19.03.2014	-----	27.03.2014
4.º Alteração	04.04.2014	21.04.2014	-----	15.04.2014
2.º Revisão	09.04.2014	11.04.2014	29.04.2014	02.05.2014
5.º Alteração	05.05.2014	07.05.2014	-----	09.05.2014
6.º Alteração	19.05.2014	21.05.2014	-----	03.06.2014
7.º Alteração	11.06.2014	18.06.2014	-----	12.06.2014
8.º Alteração	18.06.2014	02.07.2014	-----	23.06.2014
9.º Alteração	08.07.2014	16.07.2014	-----	14.07.2014
10.º Alteração	25.07.2014	06.08.2014	-----	28.07.2014
11.º Alteração	11.08.2014	20.08.2014	-----	12.08.2014
12.º Alteração	21.08.2014	03.09.2014	-----	22.08.2014
13.º Alteração	10.09.2014	10.09.2014	-----	17.09.2014
14.º Alteração	14.10.2014	15.10.2014	-----	16.10.2014
15.º Alteração	30.10.2014	05.11.2014	-----	30.10.2014
16.º Alteração	25.11.2014	03.12.2014	-----	27.11.2014
17.º Alteração	03.12.2014	17.12.2014	-----	19.12.2014
18.º Alteração	17.12.2014	07.01.2015	-----	19.12.2014

Nas **dezoito alterações** orçamentais reajustaram-se as dotações, de forma a permitir a execução de novos investimentos que fomentassem o desenvolvimento do concelho de Almodôvar, nomeadamente, a execução de infraestruturas nas seguintes áreas: Equipamento Administrativo, Iluminação Pública, Mercados, Sistema de Drenagem de Águas Residuais, Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares, Infraestruturas Elétricas, Captação e Distribuição Pública de Água, Recuperação do Património Edificado, Requalificação Urbana e Construção de Equipamentos.

Nas **duas revisões** às Grandes Opções do Plano e Orçamento, de 2014 introduziram-se novas rubricas e novos projetos, quer no orçamento da receita quer no orçamento da despesa, inicialmente, não previstas, procedendo-se à anulação dos correspondentes valores.



7.3 – ORÇAMENTO INICIAL E FINAL

A estrutura do Orçamento assenta em receitas correntes e receitas de capital, as quais suportam as despesas correntes e as despesas de capital, respeitando o princípio do equilíbrio orçamental, numa perspetiva de otimização dos recursos arrecadados face às necessidades da despesa.

O Orçamento de 2014 apresentava o montante previsional global de €12.605.064,00 dos quais €9.586.321,00 correspondiam a receitas de natureza corrente e €3.018.743,00 a receitas de natureza capital. Na componente de despesa, €7.482.360,00 correspondiam a despesas de natureza corrente e €5.122.704,00 a despesas de capital.

No âmbito das suas competências os órgãos municipais aprovaram, na 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento, a aplicação do Saldo da Gerência do exercício anterior, cujo valor foi de €2.000.152,13.

Efetuaram-se, igualmente, ajustamentos às previsões das dotações orçamentais inicialmente definidas, das quais resultou um aumento no Orçamento inicial, que se fixou em €16.736.028,13, distribuindo-se €9.077.016,00 por despesas correntes e €7.659.012,13 por despesas de capital, conforme consta no seguinte quadro:

	RECEITA			DESPESA	
	Previsão Inicial	Variações na Receita	Previsão Corrigida (Final)	Previsão Inicial	Previsão Corrigida (Final)
Correntes	€9.586.321,00	€119.500,00	€9.705.821,00	€7.482.360,00	€9.077.016,00
Capital	€3.018.743,00	€2.007.942,00	€5.026.685,00	€5.122.704,00	€7.659.012,13
Outras	€0,00	€2.003.522,13	€2.003.522,13		
TOTAL	€12.605.064,00	€4.130.964,13	€16.736.028,13	€12.605.064,00	€16.736.028,13

7.3.1 EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

No que concerne à execução orçamental da Câmara Municipal, no ano de 2014 a receita global cobrada foi de €9.709.693,78 (100,04%) de receitas correntes, €2.594.429,28 (51,61%) de receitas de capital e €2.007.065,83 (100,177%) de outras receitas, cifrando-se o montante



global da receita em €14.311.188,89.

Durante o exercício efetuaram-se reembolsos e restituições no valor de €2.172,97, o que cifrou o montante da receita cobrada líquida nos €14.309.015,92.

No que respeita às despesas realizadas pela Autarquia o montante global foi de €11.060.348,86, sendo que €7.965.026,20 corresponderam a despesas correntes e €3.095.322,66, respeitaram a despesas de capital.

O seguinte quadro espelha a estrutura do Orçamento bem como a sua execução:

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

COMPOSIÇÃO	DOTAÇÃO (1)	EXECUÇÃO (RECEITA COBRADA LÍQUIDA) (2)	% EXECUÇÃO (2)/(1)*100	% Peso por receita/despesa (2)/Total das receitas/despesas*100
Receitas Correntes	9.705.821,00	9.707.520,81	100,018	67,84
Receitas de Capital	5.026.685,00	2.594.429,28	51,51	18,13
Outras Receitas	2.003.522,13	2.007.065,83	100,177	14,03
Total das Receitas	16.736.028,13	14.309.015,92	85,50	100,00
Despesas Correntes	9.077.016,00	7.965.026,20	87,75	72,01
Despesas de Capital	7.659.012,13	3.095.322,66	40,41	27,99
Total das Despesas	16.736.028,13	11.060.348,86	65,09	100,00

7.3.2 SALDO DA GERÊNCIA DE 2014

Importa, salientar que o Saldo da Gerência de 2014 ascendeu a €3.683.447,80, reportando-se €3.250.840,03 à Execução Orçamental e €432.607,77 a Operações de Tesouraria, conforme consta no Fluxo de Caixa e no Resumo Diário da Tesouraria de 31 de Dezembro de 2014, como se demonstra no seguinte quadro:

SÍNTESE DO SALDO DE GERÊNCIA DE 2014 (unidade: euros)	
Saldo da Gerência Anterior (2014)	
Execução Orçamental	2.000.152,13
Operações de Tesouraria	479.973,74
Receita	



SÍNTSE DO SALDO DE GERÊNCIA DE 2014 (unidade: euros)		
Total das Receitas Orçamentais	12.311.036,76	
Operações de Tesouraria	808.745,41	
Despesa		
Total das Despesas Orçamentais	11.060.348,86	
Operações de Tesouraria	856.111,38	
Saldo para a Gerência Seguinte (2015)		
Execução Orçamental	3.250.840,03	
Operações de Tesouraria	432.607,77	

7.3.3 Equilíbrio Orçamental

No ano de 2014 a Receita total cobrada bruta ascendeu a €14.311.188,89 e a Despesa total executada foi de €11.060.348,86, o que nos permite concluir que no decurso do exercício económico em análise os recebimentos são superiores aos pagamentos em €3.250.840,03. Este valor será aplicado no Orçamento de 2015, com a aprovação da 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento.

RECEITA	VALOR €	%	DESPESA	VALOR €	%
Saldo da Gerência Anterior	2.000.152,13	13,97			
Repositões não abatidas nos pagamentos	6.913,70	0,05			
Receitas Correntes	9.709.693,78	67,85	Despesas Correntes	7.965.026,20	72,01
Receitas de Capital	2.594.429,28	18,13	Despesas de Capital	3.095.322,66	27,99
Total	14.311.188,89	100,00	Total	11.060.348,86	100,00

Com a aprovação da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, foi definido no artigo 40.º a regra do equilíbrio orçamental que os Municípios deverão cumprir. Desta forma, “... a receita corrente bruta deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo



"prazos". O quadro que se segue, permite verificar que o Município cumpriu a regra do equilíbrio orçamental no exercício económico de 2014.

Receitas correntes cobradas brutas (1)	9.709.693,78
Despesas correntes (2)	7.965.026,20
Amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo (3)	606.669,75
Saldo corrente (1-2-3):	1.137.997,85

Evolução Da Execução Orçamental

Execução Orçamental	2012	2013	2014
Receitas Correntes	7.611.644,71	7.710.910,61	9.709.693,78
Despesas Correntes	7.247.439,73	7.713.214,12	7.965.026,20
Saldo Corrente(1)	364.204,98	-2.303,51	1.744.667,58
Receitas de Capital	4.340.504,14	4.494.316,02	2.594.429,28
Despesas de Capital	4.768.583,50	4.481.293,79	3.095.322,66
Saldo de Capital(2)	-428.079,36	13.022,23	-500.893,38
Outras Receitas*(3)	2.037.874,32	1.989.433,41	2.007.065,83
Saldo do Exercício (4)=(1)+(2)+(3)	1.973.999,94	2.000.152,13	3.250.840,03
Taxa de Execução Receita	80,50%	90,70%	85,50%
Taxa de Execução Despesa	69,14%	77,92%	66,09%

* Esta rubrica comprehende os valores relativos ao saldo da gerência anterior e a reposições não abatidas nos pagamentos

O seguinte gráfico evidencia a evolução do saldo do exercício nos últimos três anos:



O saldo orçamental do exercício de 2014 atingiu o valor de €3.250.840,03.

7.3.4 FONTES DE FINANCIAMENTO

As fontes de financiamento das Grandes Opções do Plano e Orçamento do ano económico em referência alicerçaram-se nas seguintes receitas:

- ⊕ As transferências do Orçamento do Estado, cuja expressão é o somatório do Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS;
- ⊕ As provenientes dos Impostos Diretos, designadamente, Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, Derrama e Imposto Único de Circulação;
- ⊕ As receitas próprias da Autarquia relativas à cobrança das taxas e licenças;
- ⊕ As comparticipações provenientes do QREN, PRODER e POVT;
- ⊕ Outras receitas da Administração Central.

8. ANÁLISE COMPARATIVA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

8.1. RECEITA

O valor global do orçamento de receita inicialmente previsto foi de €12.605.064,00.



Através das revisões orçamentais este valor sofreu um acréscimo de €4.130.964,13, resultante dos ajustamentos efetuados nas diferentes rubricas do orçamento da receita e da aplicação do saldo da gerência, fixando-se nos €16.736.028,13, dos quais €9.705.821,00 são receitas correntes, €5.026.685,00 são receitas de capital e €2.003.522,13 são outras receitas.

Nestes termos, a taxa de execução da receita corrente foi de 100,018%, e a taxa de execução da receita de capital foi de 51,61%, concluindo-se, assim, que a percentagem de execução do orçamento foi de 85,50%.

No que respeita à previsão da receita constante na rubrica “Outras Receitas” o percentual de execução fixou-se nos 100,177%.

O seguinte quadro apresenta a comparação entre os valores iniciais da receita (e respetivas previsões corrigidas), e os valores executados no ano económico em análise:

MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – RECEITA

RECEITAS	Valor Inicial	Previsões Corrigidas	Valor Final
Receitas correntes			
01. Impostos Diretos	616.860,00	616.860,00	782.920,52
02. Impostos Indiretos	73.600,00	73.600,00	65.803,29
04. Taxas, multas e outras penalidades	158.310,00	158.310,00	163.633,14
05. Rendimentos da propriedade	380.000,00	380.000,00	306.359,54
06. Transferências correntes	7.756.761,00	7.780.761,00	7.756.787,29
07. Venda de bens e serviços correntes	586.790,00	594.390,00	605.917,07
08. Outras receitas correntes	12.000,00	12.000,00	27.272,95
Total de Receitas Correntes	9.586.321,00	9.705.821,00	9.709.693,78
Receitas de Capital			
09. Venda de bens de investimento	442.420,00	442.420,00	46.259,26
10. Transferências de capital	2.564.373,00	4.572.265,00	2.548.170,02
13. Outras receitas de capital	12.000,00	12.000,00	0,00
RECEITAS			
Valor Inicial			
Total de Receitas de Capital	3.018.743,00	5.026.685,00	2.594.429,28
Outras Receitas			
25. Reposições não abastidas nos pagamentos	0,00	3.370,00	6.913,70
16. Saldo da gerência anterior	0,00	2.000.152,13	2.000.152,13
Total de outras receitas	0,00	2.003.522,13	2.007.065,83
TOTAL DO ORÇAMENTO DE RECEITA	12.605.064,00	16.736.028,13	14.311.188,89



8.1.1. RECEITAS CORRENTES

No que diz respeito à Receita Corrente, o montante gerado totalizou o valor de €9.709.693,78, verificando-se um acréscimo de 25,69% em relação à receita corrente do ano anterior. Este aumento deveu-se essencialmente à repartição do Fundo de Equilíbrio Financeiro. Em 2014 o montante do FEF era repartido em 90% para o Orçamento Corrente e 10% na parte capital, no ano de 2013, a repartição era efetuada em 65% para a receita corrente e 35% para a receita de capital.

No que concerne à evolução das receitas dos dois últimos exercícios destacamos a rubrica “Impostos Diretos” que em 2014 registou um acréscimo de €162.200,30 e a rubrica “Rendimentos de propriedade” que sofreu um decréscimo em €134.422,78.

Nestes termos, apresenta-se a evolução das receitas nos dois anos precedentes refletidas no seguinte quadro:

Evolução das Receitas Correntes

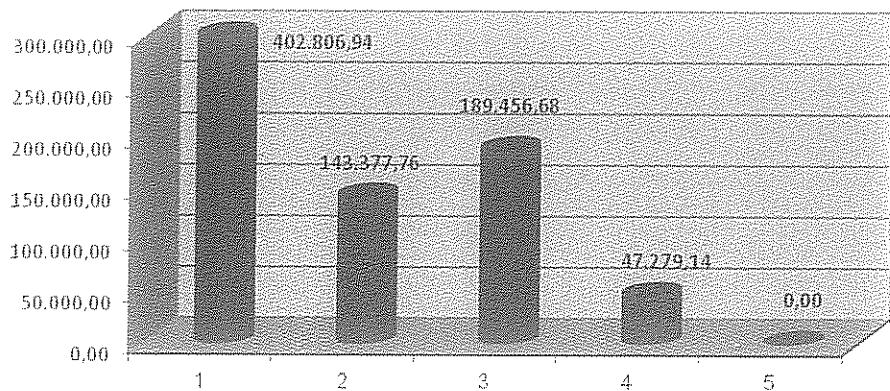
Receita Corrente	2013 (1)	2014 (2)	Variação em € (3) = (2)-(1)
Impostos Diretos	620.720,22	782.920,52	162.200,30
Impostos Indiretos	66.352,25	66.803,29	451,04
Taxas, Multas e Outras Penalidades	157.722,41	163.633,14	5.910,73
Rendimentos da Propriedade	440.782,32	306.359,54	-134.422,78
Transferências Correntes	5.862.578,60	7.756.787,29	1.894.208,69
Venda de Bens e Serviços Correntes	568.935,01	605.917,07	36.982,06
Outras Receitas Correntes	7.739,80	27.272,93	19.533,13
TOTAL	7.724.830,61	9.709.693,78	1.984.863,17

8.1.1.1 IMPOSTOS DIRETOS

No capítulo 01 – Impostos Diretos, a receita fixou-se no valor de €782.920,52, que corresponde a 8,06% das receitas correntes e a 5,47% das receitas totais.

Constata-se que o Imposto Municipal sobre Imóveis registou o valor de €402.806,94 (51,45% do total das receitas provenientes dos Impostos Diretos), seguido do Imposto Municipal sobre transmissões Onerosas de Imóveis com o valor global de €189.456,68 (24,20% do total destas receitas).

Impostos Diretos 2014



Legenda:

1. Imposto Municipal sobre Imóveis
2. Imposto Único de Circulação
3. Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas Imóvel
4. Derrama
5. Impostos Abolidos

8.1.1.2 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

A receita municipal proveniente da Participação nos Impostos do Estado – Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS foi de €6.910.662,00, que corresponde a 97,44% das transferências correntes do Estado, a 71,17% do total das receitas correntes e a 48,29% do total global das receitas.

As transferências consignadas no Orçamento do Estado acrescentam-se as provenientes dos Fundos Comunitários, e outras que se reportam aos domínios da educação, da segurança social e do IEFP, conforme se faz constar nos quadros seguintes:

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - ESTADO

ENTIDADE	OBJETO DA TRANSFERÊNCIA	VALOR RECEBIDO
DGAL	Fundo de Equilíbrio Financeiro	6.620.440,00
DGAL	Fundo Social Municipal	103.647,00
DGAL	Participação no IRS	186.575,00
DGAL	Transportes Escolares	28.005,00
DGESTE	Refeições e Prolongamento de Horário	38.767,40
DGESTE	Enriquecimento Curricular	19.982,13



ENTIDADE	OBJETO DA TRANSFERÊNCIA	VALOR RECEBIDO
DGESTE	Assistentes operacionais	69.226,20
DGESTE	Transporte de alunos das escolas encerradas	1.500,00
DGESTE	Refeições do 1.º ciclo	4.370,79
ICNF	Gabinete Técnico Florestal	16.820,72
DGAI	Eleições Autárquicas 2013	712,77
DGAI	Recenseamento Eleitoral 2014 e Eleições para o Parlamento Europeu	605,31
DGAI	Recenseamento Eleitoral 2014	271,50
IEFP	Apoio a Feiras de Artesanato – FACAL 2014	1.650,00
IEFP	Estágios Qualificação Emprego, Contrato Emprego Inserção + e EACE	358.852,88
IEFP	GIP-Gabinete de Inserção Social	13.643,96
Agrupamento Escolas de Castro Verde	Projeto candidatado ao POPH 2012/13 da participação nas vinhetas dos passes dos alunos que frequentam os cursos profissionais	2.089,71
ISS	Comparticipação CPCJ	6.433,53
	TOTAL	7.473.593,90



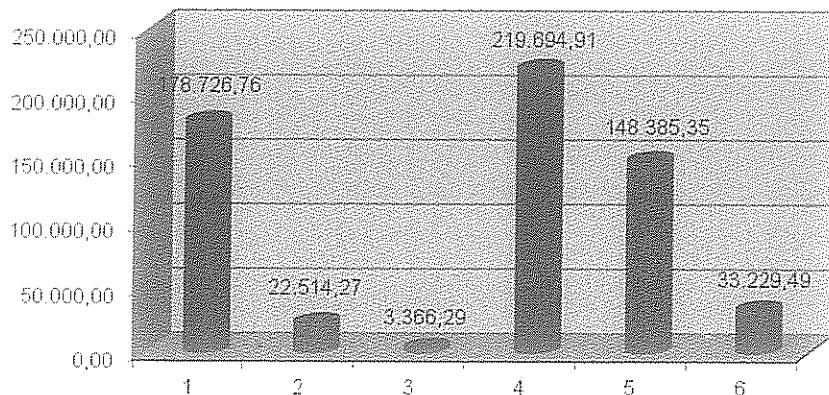
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – FUNDOS COMUNITÁRIOS

ENTIDADE	OBJETO DA TRANSFERÊNCIA	VALOR RECEBIDO
IEFP	Programa Vida Emprego	21.150,55
ICNF	Equipa de Sapadores Florestais	21.388,66
IFAP	Conservação e Valorização do Património	7.814,16
AD&C	Estudo Hidrogeológico e definição de perímetros de proteção das captações de água subterrânea	22.217,56
	TOTAL	72.570,93

8.1.1.3 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

A venda de bens e serviços correntes apresenta um montante total cobrado de €605.917,07, que corresponde a 6,24% do total da Receita de natureza corrente e a 4,23% do total das Receitas. Destacam-se nesta classificação a receita gerada pelo abastecimento público de Água e dos Resíduos Sólidos, cujos valores, respetivamente, fixaram-se em €178.726,76 e €148.385,35.

Venda de Bens e Serviços Correntes



Legenda:

1. Mercadorias
2. Vendas de energia elétrica unidades de miniprodução
3. Outros
4. Serviços, exceto Resíduos Sólidos
5. Resíduos Sólidos
6. Rendas

8.1.2. RECEITAS DE CAPITAL

A Receita de Capital fixou-se em €2.594.429,28, o que representa um decréscimo de 42,09% em relação ao ano anterior, correspondendo a 18,13% da receita total, constituída na sua maioria por Transferências de Capital.

O decréscimo verificado nas receitas de capital deveu-se à repartição do Fundo de Equilíbrio Financeiro. Em 2014 o montante do FEF era repartido em 90% para o Orçamento Corrente e 10% na parte capital, no ano de 2013, a repartição era efetuada em 65% para a receita corrente e 35% para a receita de capital.

8.1.2.1 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

As Transferências de Capital registaram um valor de €2.548.170,02, o que corresponde a 98,22% das Receitas de Capital e a 17,81% do total das Receitas. Os valores mais significativos referem-se à participação do Município nos Impostos do Estado – Fundo de Equilíbrio Financeiro – cujo valor global foi de €735.604,00, e à participação comunitária em projetos cofinanciados, cujo total foi de €1.812.566,02, como a seguir se faz constar:



TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL - ESTADO

Entidade	Objeto da Transferência	Valor Recebido
DGAL	Fundo de Equilíbrio Financeiro	735.604,00
	TOTAL.....	735.604,00



TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – FUNDOS COMUNITÁRIOS

Entidade	Objeto da Transferência	Valor Recebido
AD&C	SAMA II – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa	6.460,93
AD&C	Melhoria da Rede Viária Municipal do Concelho de Almodôvar	472.215,06
AD&C	Rede Urbana para o Património – Instalação do Fórum Cultural no Edifício da Nossa Senhora da Conceição	296.162,08
AD&C	Requalificação Urbanística na Vila de Almodôvar I	1.075.349,55
AMDB	Plano Tecnológico da Educação-Baixo Alentejo	7.378,40
	TOTAL	1.812.566,02

8.1.3. ANÁLISE PERCENTUAL DA RECEITA

As percentagens das receitas arrecadadas pelo Município no decurso do exercício de 2014 assumem a seguinte expressão:

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – representaram 54,20% do total da receita arrecadada com a seguinte configuração:

- ❖ Transferências efetuadas por sociedades e quase-sociedades não financeiras, no âmbito de protocolos assinados, representaram 1,47% da receita total realizada em 2014;
- ❖ Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS de natureza corrente representaram 48,30% do valor global da receita obtida ao longo do ano em análise;



- ⌘ Participações comunitárias em projetos cofinanciados de natureza corrente representaram 0,52% do total da receita realizada;
- ⌘ Outras Transferências correntes realizadas pelo Estado representaram 1,27% da receita total realizada pelo Município;
- ⌘ Receita proveniente de Serviços e Fundos Autónomos representou 2,60% da receita total arrecadada;
- ⌘ Outras Transferências correntes realizadas durante o ano de 2014 representaram 0,04% da receita total realizada pelo Município.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – representam 17,81% do total da receita gerada no exercício económico de 2014, com a seguinte configuração:

- ⌘ Fundo de Equilíbrio Financeiro de natureza capital representou 5,14% do valor global das receitas de 2014;
- ⌘ Participações comunitárias em projetos cofinanciados de natureza capital (receita proveniente do QREN) representaram 12,67% do total da receita realizada.

RECEITAS PRÓPRIAS DA AUTARQUIA – comprehende todos os recursos financeiros que é permitido aos municípios arrecadarem, à exceção dos que respeitem a transferências ou resultem da contratação de empréstimos.

Estas receitas fixaram-se em €1.999.165,75, representando 13,97% do respetivo total, das quais, pela sua expressão, destacamos as seguintes:

- ⌘ Impostos diretos – €782.920,52, que representou 5,47% do total da receita;
- ⌘ Impostos indiretos – €66.803,29, que representou 0,47% do total;
- ⌘ Taxas, multas e outras penalidades – €163.633,14, que representou 1,15% do total;
- ⌘ Venda de bens e serviços correntes – €605.917,07, que representou 4,23% do total;
- ⌘ Rendimentos de propriedade - €306.359,54 que representou 2,14% do valor total;
- ⌘ Outras receitas correntes - €27.272,93 que representou 0,19% do total;
- ⌘ Vendas de bens de investimento - €46.259,26 que representou 0,32% do valor total da receita.

SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR – esta classificação contabiliza o saldo orçamental da gerência de 2013 e



que teve um peso de 13,98% no total da receita gerada no exercício de 2014.

REPOSIÇÃO NÃO ABATIDA NOS PAGAMENTOS – o valor registado nesta classificação foi de 0,05% do total da receita.

8.2 DESPESA

O valor global do orçamento de despesa inicialmente previsto foi de €12.605.064,00.

Através das revisões orçamentais este valor sofreu um acréscimo de €4.130.964,13, fixando-se, assim, nos €16.736.028,13, dos quais €9.077.016,00 são despesas correntes e €7.659.012,13 são despesas de capital.

O montante executado foi de €11.060.348,86, dos quais €7.965.026,20 (72,01%), respeitam a despesas correntes e €3.095.322,66 (27,99%) reportam-se a despesas de capital, concluindo-se, desta forma, que a taxa de execução global do orçamento da despesa foi de 66,09%.

A taxa de execução da despesa corrente atingiu os 87,75% e a da despesa de capital os 40,41%.

O seguinte quadro evidencia a comparação entre os valores iniciais da despesa (e respetivas dotações corrigidas) e os valores executados no decurso do ano económico de 2014:

MAPA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – DESPESA

DESPESAS	Valor Inicial	Dotações Corrigidas	Valor Final
Despesas correntes			
01. Despesas com o Pessoal	3.740.870,00	3.996.223,00	3.892.694,55
02. Aquisição de bens e serviços	2.593.150,00	3.374.138,00	2.599.302,60
03. Juros e outros encargos	60.600,00	58.990,00	39.438,18
04. Transferências correntes	935.640,00	1.419.055,00	1.249.788,09
05. Subsídios	50,00	50,00	0,00
06. Outras despesas correntes	152.050,00	228.560,00	183.802,78
Total das Despesas correntes	7.482.360,00	9.077.016,00	7.965.026,20
Despesas de capital			
07. Aquisição de bens de capital	4.198.354,00	6.601.162,13	2.088.550,79
08. Transferências de capital	300.810,00	434.310,00	405.622,58
09. Ativos Financeiros	30,00	30,00	0,00
10. Passivos Financeiros	623.500,00	623.500,00	601.149,29
11. Outras despesas de capital	10,00	10,00	0,00
Total das Despesas de capital	5.122.704,00	7.659.012,13	3.095.322,66
TOTAL DO ORÇAMENTO DE DESPESA	12.605.064,00	16.736.028,13	11.060.348,86



8.2.1 DESPESAS CORRENTES

A Despesa Corrente suportada pelo Município no exercício de 2014 atingiu os €7.965.026,20, verificando-se um acréscimo de 3,26% comparativamente a 2013.

Esta despesa é composta principalmente pelos encargos com Pessoal e pelas despesas com a Aquisição de Bens e Serviços (que, em conjunto, correspondem a 58,70% do total geral da Despesa e a 81,51% do total da Despesa Corrente).

Estes encargos assumem um comportamento bastante rígido face ao seu carácter obrigatório e de funcionamento dos serviços.

8.2.1.1 DESPESAS COM PESSOAL

No exercício em análise as despesas com pessoal atingiram os €3.892.694,55, o que denota um acréscimo de €67.018,94 (1,75%) face ao ano anterior. Estas despesas refletem um peso de 35,20% do total, sendo aproximadamente quatro pontos percentuais acima do verificado em 2013.

No ano exercício em análise não se registaram atualizações salariais.

As despesas com o pessoal englobam as remunerações certas e permanentes dos membros dos órgãos autárquicos, do pessoal em RCTFP por tempo indeterminado ou em qualquer outra situação e os encargos inerentes à Segurança Social. Compreendem, igualmente, outras despesas relacionadas com o pessoal, como sejam as deslocações, ajudas de custo, trabalho extraordinário, subsídio de refeição, alojamento e abonos diversos.

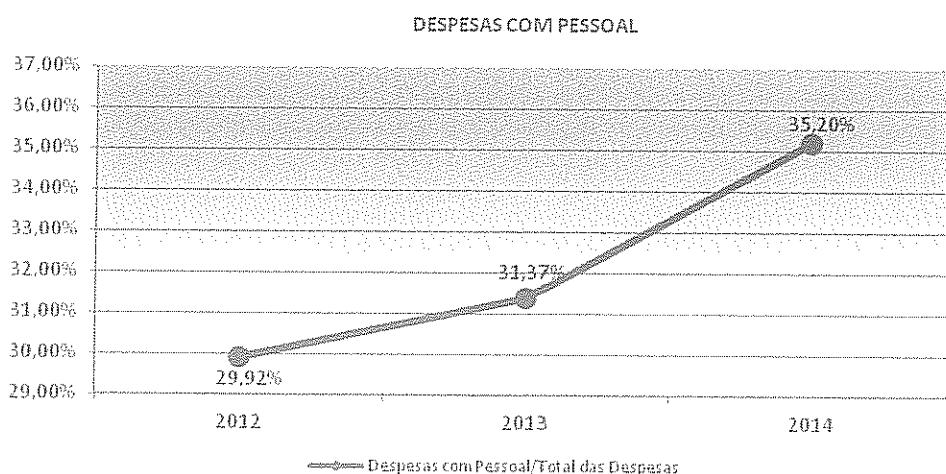
O quadro que a seguir se descreve resume as rubricas que expressam a despesa com pessoal, no decurso do ano de 2014:

Classificação	Designação	Despesas pagas em 2014
010101	Titulares org.soberania e mem.órgãos aut.	83.806,42
01010401	Pessoal em RCTFP por Tempo Indeter.-em funções	2.004.441,09
01010601	Pessoal Regime Contrato Trb Termo Res.-em funções	48.878,79
01010604	Pessoal Regime Contrato Trb Termo Res.-novas postas	5.503,95
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avançado	26.734,74
010108	Pessoal aguardando aposentação	1.042,73
01010901	Gabinete de apoio aos órgãos autárquicos	60.700,01
0101090203	Estagiárias	4.611,42
010111	Representação	25.916,93
010113	Subsídio de refeição	206.595,41
010114	Subsídio de férias e de natal	385.068,99



Classificação	Designação	Despesas pagas em 2014
010115	Remuneração por doença e maternidade/paternidade.	28.368,18
010202	Horas extraordinárias	52.888,23
010204	Ajudas de custo	7.007,66
010205	Abono para filhos	5.679,53
010207	Colaboração técnica e especializada	922,24
010211	Subsídio de turna	16.658,40
010212	Indemnizações por cessação de funções	912,00
010213	Outros suplementos e prémios	12.013,56
010301	Encargos com a saúde	106.492,75
010302	Outros encargos com a saúde	52.855,89
010303	Subsídio familiar a criança e jovens	18.639,55
010304	Outras prestações familiares	1.257,66
010305	Contribuições para a segurança social	699.099,28
010308	Outras pensões	4.623,75
01030901	Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	25.495,39
Total		3.892.694,55

Por último, regista-se que as despesas de saúde, comparticipadas pela Câmara Municipal, junto da ADSE e as transferências para o Sistema Nacional de Saúde, fixaram-se, no exercício em análise, em €106.492,75.



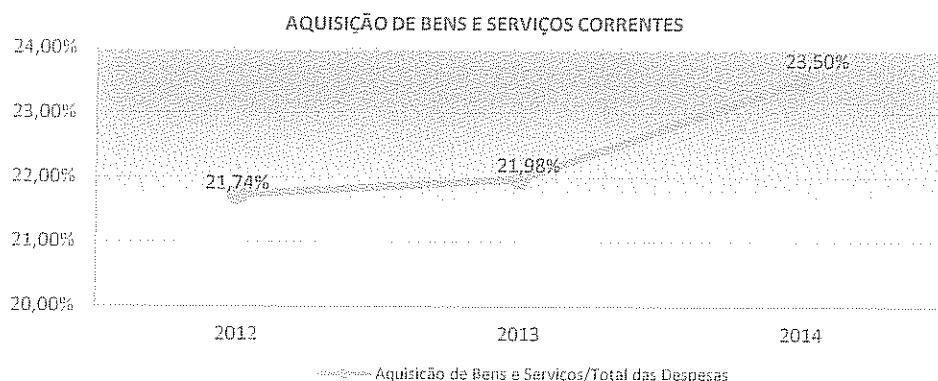
8.2.1.2 DESPESAS COM AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES

A despesa suportada com a aquisição de bens e serviços correntes atingiu os €2.599.302,60, mostrando um decréscimo de €81.214,50 face ao ano de 2013.

O peso da rubrica em análise no total das despesas realizadas em 2014 foi de 23,50%.



No gráfico seguinte evidencia-se o peso relativo das despesas com pessoal e de aquisição de bens e serviços com as despesas correntes nos últimos três anos.

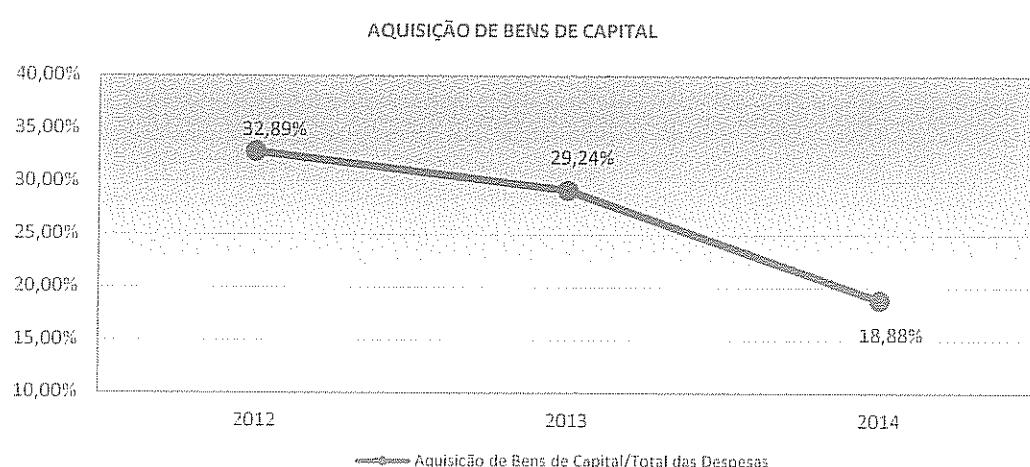


8.2.2 DESPESAS DE CAPITAL

No que se refere à Despesa de Capital, atingiu em 2014 os €3.095.322,66, verificando-se um decréscimo de 30,93% comparativamente ao ano anterior. Neste tipo de despesa destaca-se o investimento com a aquisição de bens de capital que representa 67,47% das despesas de capital e 18,88% do total das despesas e as despesas destinadas a transferências de capital, para diversas entidades que representa 13,10% das despesas de capital e 3,67% do total das despesas.

8.2.2.1 DESPESAS DE BENS DE CAPITAL

O valor executado na classificação onde são contabilizadas as aquisições de bens de capital atingiu os €2.088.550,79 no decorrer de 2014. O peso da rubrica em análise no total das despesas suportadas, no exercício em análise foi de 18,88%.





8.2.2.2 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

O montante das transferências de capital, atribuídas pelo Município no decorrer do exercício de 2014, cifrou-se em €405.622,58, verificando-se um decréscimo de €93.657,92 comparativamente a 2013. Estas transferências destinaram-se essencialmente a financiar as competências delegadas nas Juntas de Freguesia, no âmbito dos respetivos Protocolos.

PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA

No âmbito do entendimento perfilhado, pelos órgãos municipais, sobre a descentralização de competências, foram celebrados, com as oito freguesias do Concelho, Protocolos de Delegação de Competências, e Acordos de Execução nos quais figuravam todos os direitos e obrigações das partes, os meios financeiros, técnicos e humanos e as matérias objeto da delegação.

A celebração destes Protocolos e Acordos permitiu, às Juntas de Freguesia, a realização de investimentos, que em razão da sua maior proximidade com os cidadãos facilitaram, com maior eficiência, a resposta a necessidades básicas das respetivas populações.

O montante total executado nos referidos Protocolos de Delegação de Competências atingiu os €91.132,16, divididos por cada Junta de Freguesia de acordo com o quadro que se discrimina:

FREGUESIAS	TOTAL
União de Freguesias de Almodôvar e Graça de Padrões	18.000,00
Freguesia de Santa Cruz	14.000,00
Freguesia de S. Barnabé	14.000,00
União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires	17.136,44
Freguesia de Aldeia dos Fernandes	14.000,00
Freguesia do Rosário	13.995,72
TOTAL	91.132,16

Os Acordos de Execução celebrados com as Juntas de Freguesia atingiram o montante executado de €189.960,00, divididos de acordo com o quadro abaixo:



FREGUESIAS	TOTAL
União de Freguesias de Almodôvar e Graça de Padrões	53.800,00
Freguesia de Santa Cruz	24.120,00
Freguesia de S. Barnabé	24.280,00
União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires	44.950,00
Freguesia de Aldeia dos Fernandes	20.910,00
Freguesia do Rosário	21.900,00
TOTAL	189.960,00

9. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – PPI – CONCRETIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS:

A seguir enumeram-se os investimentos consignados no PPI, realizados no decurso do exercício de 2014:

- ♦ Intervenção na Escola EB1 e JI do Rosário;
- ♦ Requalificação Urbanística de várias artérias no Centro Histórico da Vila de Almodôvar;
- ♦ Pequenos Sistemas Autónomos de Almodôvar II;
- ♦ Licenciamento do Software SIG;
- ♦ Requalificação Urbanística da Entrada Sul de Almodôvar;
- ♦ Remodelação da rede de saneamento em diversas artérias da vila de Almodôvar;
- ♦ Investimento em diversas redes de saneamento;
- ♦ Remodelação do edifício do Cine-Teatro;
- ♦ Pavilhão Gimnodesportivo-recinto de jogos, cobertura e ampliação;
- ♦ Intervenção do Complexo Desportivo-Pala;
- ♦ Fórum Cultural-Convento Nossa Senhora da Conceição;
- ♦ Arranjos exteriores no Convento Nossa Senhora da Conceição;
- ♦ Remodelação do Mercado Municipal;
- ♦ Abrigos Rodoviários;
- ♦ Reparação de caminhos em terreno natural;
- ♦ Pavimentação e repavimentação de caminhos no concelho;
- ♦ Repavimentação do CM 1167 da Aldeia dos Fernandes à EN2;
- ♦ Pavimentação do CM entre Aldeia dos Fernandes e vários montes da freguesia;



- * Reparação e beneficiação em viadutos, arruamentos e obras complementares;
- * Eficiência energética no concelho de Almodôvar;
- * Recuperação de escolas desativadas-projeto;
- * Construção de infraestruturas elétricas;
- * Gestão de faixas de combustível em rede primária;
- * Remoção do coberto vegetal em bermas e valetas;
- * Equipamento para a Biblioteca Municipal;
- * Equipamento para as Escolas;
- * Equipamento para as Piscinas Municipais;
- * Aquisição de Armazém;
- * Aquisição de habitação;
- * Aquisição de Equipamento de Transporte;
- * Aquisição de equipamento Básico e Administrativo;
- * Aquisição de Equipamento e Software informático;
- * Aquisição de Mobiliário Desportivo Urbano;
- * Outros investimentos incorpóreos.

9. 1 INVESTIMENTOS REALIZADOS – ÓTICA ORÇAMENTAL:

Os investimentos efetuados no âmbito da rubrica 07 01 - Investimentos cifraram-se em €1.165.682,49, sendo os que representam maior expressão os que se reportam às seguintes rúbricas: Edifícios - 51,71%; Instalações desportivas e recreativas – 28,46%; Material de Transporte – 19,47% e Equipamento Básico - 5,43%.

No âmbito da rubrica 07 03 – Bens do Domínio Público o investimento atingiu os €882.746,13, e 93,52% deste valor correspondeu a investimentos realizados em outras construções e infraestruturas e 6,48% em bens do património histórico, artístico e cultural.

Relativamente à rubrica 07 01 e 07 03 apresentam-se nos seguintes quadros o montante realizado e o peso de cada um deles no total da respetiva rubrica.



INVESTIMENTOS REALIZADOS – ÓTICA ORÇAMENTAL

Rubricas	Valor (€)	% em relação ao valor total da rubrica 07 01
07 01 – Investimentos		
07 0101 – Terrenos	0,00	0,00%
Subtotal 1	0,00	0,00%
07 0102 – Habitações		
07 010202 – Aquisição	9.250,52	0,79%
Subtotal 2	9.250,52	0,79%
07 0103 – Edifícios		
07 010301 – Instalações de serviços	100.892,5	8,66%
07 010302 – Instalações desportivas e recreativas	331.808,52	28,46%
07 010303 – Mercados e instalações de fiscalização sanitária	32.202,20	2,76%
07 010305 – Escolas	101.723,50	8,73%
07 010307 – Outros	36.113,13	3,10%
Subtotal 3	602.739,85	51,71%
07 0104 – Construções diversas		
07 010405 – Parques e Jardins	0,00	0,00%
07 010406 – Instalações desportivas e recreativas	185.523,36	15,92%
07 010409 – Sinalização e trânsito	232,84	0,02%
Subtotal 4	185.756,20	15,94%
07 0106 – Material de transporte		
07 010602 – Outro	226.925,00	19,47%
Subtotal 5	226.925,00	19,47%
07 0107 – Equipamento de informática		
Subtotal 6	5.484,85	0,47%
07 0108 – Software informático		
Subtotal 7	9.451,63	0,81%
07 0109 – Equipamento administrativo		
Subtotal 8	9.557,47	0,82%
07 0110 – Equipamento básico		
07 011002 – Outro	63.352,62	5,43%
Subtotal 9	63.352,62	5,43%
07 0111 – Ferramentas e utensílios		
Subtotal 10	16.270,88	1,40%
07 0112 – Artigos e objetos de valor		
Subtotal 11	0,00	0,00%
07 0113 - Investimentos incorpóreos		
Subtotal 12	32.096,96	2,75%
07 0115 – Outros investimentos		
Subtotal 13	4.796,51	0,41%



Rubricas	Valor (€)	% em relação ao valor total da rubrica 07 01
07 01 Investimentos – TOTAL	1.165.682,49	100%
TOTAL DAS DESPESAS DE NATUREZA CAPITAL	3.095.322,66	37,66%

INVESTIMENTOS REALIZADOS – BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO- ÓTICA ORÇAMENTAL

RUBRICAS	VALOR (€)	% em relação ao valor total da rubrica 07 03
07 03 – Bens de domínio público		
07 0303 – Outras construções e infraestruturas		
07 030301 – Viadutos, arruamentos e obras complementares	573.621,88	64,98%
07 030302 – Sistemas de drenagem de águas residuais	47.482,56	5,38%
07 030303 – Estações de tratamento de águas residuais	0,00	0,00%
07 030304 – Iluminação pública	74.080,22	8,39%
07 030305 – Parques e jardins	22.751,01	2,58%
07 030307 – Captação e distribuição de água	38.049,05	4,31%
07 030308 – Viação rural	15.050,96	1,71%
07 030310 – Infraestruturas para distribuição energia elétrica	11.157,25	1,26%
07 030313 – Outros	43.310,97	4,91%
Subtotal 1	825.503,90	93,52%
07 03 05 – Bens de património histórico, artístico e cultural	57.242,23	6,48%
Subtotal 2	57.242,23	6,48%
07 03 BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO – TOTAL	882.746,13	100%
TOTAL DAS DESPESAS DE NATUREZA CAPITAL	3.095.322,66	28,52%

10. INDICADORES DE GESTÃO ORÇAMENTAL:

Os seguintes quadros apresentam os rácios mais relevantes da execução orçamental promovida nos últimos dois anos:



Rácios da Receita	2013 %	2014 %
Receita Corrente/Receita Total	54,32	67,85
Impostos Diretos/Receita Total	4,37	5,47
Rendimentos da Propriedade/Receita Total	3,11	2,14
Venda de Bens e Serviços/Receita Total	3,91	4,23

Rácios da Despesa	2013 %	2014 %
Despesa de Capital/Despesa Total	36,75	27,99
Aquisição de Bens e Serviços Correntes/Despesa Total	21,98	23,50
Transferências de Capital/Despesa Total	4,09	3,67
Despesas de Pessoal/Despesa Total	31,37	35,20
Serviço da Dívida */Despesa Total	3,75	5,79
Encargos Financeiros **/Despesa Total	4,18	6,15

* Custos Financeiros (Juros mais amortizações) dos Empréstimos

** Custos financeiros dos empréstimos, do leasing e outros juros

Rácios de Financiamento da Despesa	2013 %	2014 %
Despesa de Pessoal/Receita Corrente	49,61	40,09
Despesa de Pessoal/Receita Total	26,95	27,20
Despesa Corrente/Receita Corrente	100,03	82,03
Aquisição de Bens e Serviços Correntes/Receita Corrente	34,76	26,77
Investimento/Receita Total	25,12	14,59
Despesa de capital/Receita de Capital	99,71	119,31

11. DÍVIDA E CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO DO MUNICÍPIO:

Decorre dos documentos de Prestação de Contas, que as dívidas a terceiros, em 1 de janeiro de 2014 – incluindo fornecedores de imobilizado, Estado e outros entes públicos, factoring, cujas faturas encontravam-se em circuito de conferência, consequentemente não estavam em Tesouraria –



ascendiam a €741.311,11.

A 31 de dezembro de 2014, a dívida em análise cifrava-se em €1.089.005,32, correspondendo a um acréscimo percentual de 46,90%, concorrendo, para este efeito o reconhecimento da dívida a 31.DEZ.2014 do valor total de €608.056,07.a subscrever para o FAM-Fundo de Apoio Municipal.

Em dezembro de 2014, a dívida global contraída pela Autarquia junto da banca ascendia ao montante de €5.762.273,80, conforme quadro infra:

EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO/LONGO PRAZOS

Designação dos Empréstimos	Dívida a 01.JAN.2014	Dívida a 31.DEZ.2014
C.G.D. – Intempéries/97	272.289,65	217.831,73
C.G.D. – Diversas obras em curso	162.166,65	130.077,90
C.G.D. – Investimentos Diversos (€2.493.989,49)	1.476.448,99	1.276.681,00
C.G.D. – Monte da Vinha, Viúvas, G. Padrões e Caiada	25.413,15	20.330,52
B.P.I. – Investimentos Diversos (€803.000,00)	605.248,67	552.621,58
C.G.D. – Investimentos Diversos (€1.160.000,00)	941.855,88	871.397,65
Novo Banco – Investimentos Diversos (€3.000.000,00)	2.800.000,10	2.613.333,42
IFDR, I.P. – QREN-EQ	80.000,00	80.000,00
Total	6.363.423,09	5.762.273,80

O seguinte quadro demonstra a evolução da estrutura da dívida de e a terceiros da Autarquia nos últimos 3 anos:

DÍVIDA DO MUNICÍPIO

Dívida do Município	2012	2013	2014
Dívidas de terceiros – Médio e longo prazo			
Dívidas de terceiros ao Município – Curto prazo			
Clientes c/c	29.008,77	89.498,04	32.136,50
Contribuintes c/c	12.100,67	12.640,19	11.479,88
Utentes c/c	20.393,58	22.403,01	24.198,84
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00
Outros devedores	484.692,88	244.729,96	862.468,97
Subtotal 1	546.195,90	369.271,20	930.284,19
Total das Dívidas de terceiros	546.195,90	369.271,20	930.284,19



Dívida do Município	2012	2013	2014
Dívidas a terceiros – Médio e longo prazo			
Dívidas a instituições de crédito	6.701.442,01	6.363.423,09	5.762.273,80
Subtotal 2	6.701.442,01	6.363.423,09	5.762.273,80
Dívidas do Município a terceiros – Curto prazo			
Fornecedores c/c	30,00	39.063,78	0,00
Fornecedores de imobilizado c/c	0,00	139.384,77	44.485,00
Estado e outros entes públicos	47.187,16	60.994,47	55.999,30
Administração Autárquica	0,00	906,13	0,00
Outros credores	346.718,76	428.642,90	988.521,02
Leasing	114.312,56	72.319,06	0,00
Subtotal 3	508.248,48	741.311,11	1.089.005,32
Total das Dívidas a terceiros	7.209.690,49	7.104.734,20	6.851.279,12

Resulta da análise deste quadro podemos concluir que as dívidas a terceiros de curto prazo diminuíram relativamente ao ano anterior, nomeadamente no que diz respeito a fornecedores de imobilizado c/c. E aumentaram no que respeita a outros credores.

No que diz respeito à dívida a terceiros de médio e longo prazo verifica-se um decréscimo relativamente ao ano anterior, justificado pela amortização anual do capital em dívida.

LIMITE DA DÍVIDA MUNICIPAL - 2014

De acordo com o n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, “a dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a dívida das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”. O quadro que se segue demonstra a situação do Município face ao limite da dívida total para o exercício económico de 2014, concluindo-se pela sua análise que o Município cumpriu aquele limite.



Límite da dívida total 11.740.884,89

Total da dívida a terceiros incluindo as dívidas não orçamentais (1)	6.851.279,12
Contribuição para a Dívida Total dos SM, AM, SEL e entidades participadas * (2)	117.808,74
Dívida total (3)=(1)+(2)	6.969.087,86
Dívidas não orçamentais (4)	436.449,78
FAM ** (5)	608.056,07
Dívida total a considerar (excluindo dívidas não orçamentais e FAM) (6)=(3)-(4)-(5)	5.924.582,01

*Valores provisórios

**O montante relativo ao FAM – Fundo de Apoio Municipal não releva para a dívida total do Município, de acordo com os esclarecimentos prestados pela DGAL

12. ANÁLISE PATRIMONIAL – BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

12.1 ANÁLISE DO BALANÇO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com respeito pelos princípios contabilísticos definidos no POCAL, em especial o princípio do Custo Histórico, que determina que os registos contabilísticos devam basear-se em custos de aquisição ou produção.

Esta limitação determinada pelo aludido critério valorimétrico origina que o valor patrimonial do balanço, essencialmente no que respeita ao Ativo Imobilizado, não represente o valor real ou de mercado, ou mesmo de reposição sendo o valor registado claramente subavaliado.

É expressamente referido no POCAL que, como regra geral, os bens do imobilizado não são suscetíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que a autorizem e que definam os respetivos critérios de valorização, que neste momento não existem.

Para a construção do Balanço concorreram, entre outros, o Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo,



que constituem parte integrante do Ativo do Município. O registo das contas do Imobilizado pressupõe a inventariação dos bens móveis e imóveis, propriedade do Município de Almodôvar e respetivas amortizações.

A inventariação dos bens pressupõe o seu arrolamento, classificação, reconciliação documental e valorização, operações que se revelam concluídas e atualizadas.

Os seguintes quadros permitem concluir que o Balanço do ano de 2014 apresenta um ativo líquido no valor de €61.010.995,57, refletindo um acréscimo de €2.915.626,15 face ao ano anterior, bem como registam as variações entre 31.DEZ.2013 e 31.DEZ.2014:

Designação	2014	%	2013	%
ATIVO				
Ativo Fixo Líquido				
Imobilizado Bruto	73.484.972,72		70.173.067,11	
(Amortizações acumuladas)	(17.612.898,18)	91,58	(15.494.072,91)	94,12
Ativo Circulante				
Existências	318.656,54	0,52	299.432,09	0,51
Dívidas de Terceiros/Curto Prazo	930.284,19	1,52	369.271,20	0,64
Disponibilidades	3.683.447,80	6,04	2.480.125,87	4,27
(Provisões)	0,00	0,00	0,00	0,00
Acréscimos e Diferimentos	206.532,50	0,34	267.546,17	0,46
TOTAL	61.010.995,57	100,00	58.095.369,53	100,0
FUNDOS PRÓPRIOS				
Património	17.567.890,97	28,79	17.566.823,75	30,24
Reservas e ajustamentos	8.124.292,63	13,32	8.322.045,66	14,32
Resultados transitados	13.222.556,98	21,67	12.419.033,35	21,38
Resultado Líquido do Exercício	711.375,33	1,17	787.460,81	1,35
PASSIVO				
Dívidas a terceiros - M/L Prazo	5.762.273,80	9,45	6.363.423,09	10,95
Dívidas a terceiros - Curto Prazo	1.089.005,32	1,78	741.311,11	1,28
Provisões, para riscos e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
Acréscimos e Diferimentos	14.533.600,54	23,82	11.895.271,76	20,48
TOTAL	61.010.995,57	100,00	58.095.369,53	100,0



ATIVO			FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
	2013	2014		2013	2014
Imobilizado			Fundos Próprios		
Bens do Domínio Público	44.696.497,30	44.284.463,68	Património	17.566.823,75	17.567.890,97
Imobilizações Incorpóreas	128.153,84	126.325,42	Reservas Legais	6.914.377,67	6.953.750,71
Imobilizações Corpóreas	9.506.657,32	10.025.362,86	Subsídios	1.407.667,99	1.170.541,92
Investimentos Financeiros	347.685,74	1.435.922,58	Resultados Transitados	12.419.033,35	13.222.556,98
			Resultado Líquido do Exercício	787.460,81	711.375,33
Circulante			Passivo		
Existências	299.432,09	318.656,54	Dívidas a Terceiros M/L Prazo	6.363.423,09	5.762.273,80
Dívidas de Terceiros Curto Prazo	369.271,20	930.284,19	Dívidas a Terceiros Curto Prazo	741.311,11	1.089.005,32
Débitos em Inst. Financ. e Caixa	2.480.125,87	3.683.447,80	Acréscimos e Diferimentos	11.895.271,76	14.533.600,57
Acréscimos e Diferimentos	267.546,17	206.532,50			
TOTAL DO ATIVO	58.095.369,53	61.010.995,57	FUNDOS PRÓPRIOS + PASSIVO	58.095.369,53	61.010.995,57

12.1.1 ATIVO BRUTO

ATIVO BRUTO			
Rubrica	2013	2014	
Bens do Domínio Público			
Terrenos e recursos naturais	33.373,25	33.373,25	
Edifícios	5.200.337,85	5.354.806,35	
Outras construções e infraestruturas	44.200.801,71	46.480.319,21	
Bens do património histórico, artístico e cultural	244.031,79	244.031,79	
Outros bens do domínio público	844.137,82	1.062.365,65	
Imobilizações em curso	4.633.496,73	2.878.839,19	
Imobilizações Incorpóreas			
Despesas de Instalação	108.949,55	169.851,93	
Despesas de Investigação e desenvolvimento	9.178,38	9.178,38	
Propriedade industrial e outros direitos	327.558,32	300.629,47	
Imobilizações em curso	4.845,23	0,00	
Imobilizações Corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	2.552.468,00	2.553.085,22	
Edifícios e outras construções	3.407.380,10	5.058.152,53	
Equipamento básico	2.038.506,24	2.098.056,80	
Equipamento de transporte	2.473.234,87	2.701.334,05	
Ferramentas e utensílios	242.769,37	258.988,50	



ATIVO BRUTO		
Imobilizações Corpóreas		
Equipamento Administrativo	1.133.191,33	1.113.549,27
Outras imobilizações corpóreas	192.845,86	197.198,11
Imobilizações em curso	2.178.274,97	1.110.108,26
Investimentos Financeiros		
Partes de capital	12.000,00	901.508,93
Obrigações e títulos de participação	0,00	608.056,07
Investimentos em imóveis	335.685,74	351.539,76
TOTAL	70.173.067,11	€73.484.972,72

O Ativo Bruto regista o valor contabilístico do património municipal, valorizado pelo seu custo de aquisição, sem a incidência de qualquer ajustamento ou provisão e sem as respetivas amortizações. O aumento verificado no Ativo Bruto em 2014 relativamente a 2013 foi de €3.311.905,61.

PRÉDIOS URBANOS E RÚSTICOS (Valor de aquisição)								
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total/anos
Rústico	8.864,10	110.797,50	7.655,57	292.810,00	17.197,00	18.200,00	0,00	455.524,17
Urbano	0,00	820,00	0,00	105.348,00	55.163,90	57.000,00	107.000,00	325.331,90

A aquisição de imobilizado faz parte da política estratégica do Executivo. O quadro supra transcrito, pretende demonstrar tal esforço, refletindo o montante total das aquisições nos últimos sete anos. Os valores aqui apresentados são os montantes escriturados.

12.1.2 DISPONIBILIDADES

Esta rubrica que compõe o Balanço é composta pelos valores físicos em numerário que o Município tem em caixa e pelos depósitos que detém nas diversas instituições bancárias.

No final do exercício de 2014 as disponibilidades do Município aumentaram €1.203.321,93 comparativamente à situação existente em 31.DEZ.2013, conforme consta no seguinte quadro:



	31 DEZEMBRO 2013	31 DEZEMBRO 2014
Caixa	165,19	1.592,94
Depósitos Bancários		
CGD de Almodôvar	343.046,09	1.512.756,10
BCP de Almodôvar	1.411.808,72	1.418.565,28
BPI de Beja	20.025,55	22.160,24
CCAM de Almodôvar	615.708,85	630.821,23
Novo Banco	89.371,47	47.552,01
Banco Totta		50.000,00
TOTAL GERAL	2.480.125,87	3.683.447,80

12.1.3 DÍVIDAS A TERCEIROS – MÉDIO E LONGO PRAZO

As dívidas de médio e longo prazo do Município correspondem na sua totalidade a empréstimos bancários contraídos junto de diversas instituições financeiras.

O valor da dívida de médio e longo prazo apresenta um decréscimo relativamente a 2013, que se cifrou nos €601.149,29, conforme se demonstra no seguinte quadro:

	1 JANEIRO 2014	31 DEZEMBRO 2014
Empréstimos Bancários		
Caixa Geral de Depósitos	2.878.174,32	2.516.318,80
Banco BPI	605.248,67	552.621,58
Novo Banco	2.800.000,10	2.613.333,42
IFDR, I.P.	80.000,00	80.000,00
TOTAL GERAL.....	6.363.423,09	5.762.273,80

Todos os registo contabilísticos que se encontram consubstanciados nas demonstrações financeiras que incluem o Balanço a 31 de dezembro de 2014 e a Demonstração de Resultados, cujos resultados foram efetuados de forma a cumprir na íntegra os princípios contabilísticos fundamentais definidos pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprova o POCAL (entidade contabilística, continuidade, consistência, especialização, custo histórico, prudência, materialidade e não compensação).



12.2 ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A demonstração de resultados é um mapa constituído pelos saldos das contas de resultados que exprimem os custos e perdas e os proveitos e ganhos da Autarquia, classificados por natureza.

O mapa que se segue mostra-nos a síntese da demonstração de resultados da Autarquia.

SÍNTESE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

		Unidade: euros
Proveitos e Ganhos Operacionais		9.973.964,98
Custos e Perdas Operacionais		9.584.776,60
Resultados Operacionais (1)		389.188,38
Proveitos e Ganhos Financeiros		416.997,37
Custos e Perdas Financeiros		50.426,05
Resultados Financeiros (2)		366.571,32
Resultados Correntes (3)=(1)+(2)		755.759,70
Proveitos e Ganhos Extraordinários		559.720,53
Custos e Perdas Extraordinários		604.104,90
Resultados Extraordinários (4)		-44.384,37
Resultado Líquido do Exercício (5)=(3)+(4)		711.375,33

A síntese da demonstração de resultados apresenta custos na ordem dos €10.239.307,55 e proveitos no montante de €10.950.682,88, originando um Resultado Líquido do Exercício, positivo, de €711.375,33.

Importa ainda destacar os resultados verificados em termos operacionais, financeiros e extraordinários.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Custos e Perdas Operacionais	Valor (€)	Proveitos e Ganhos Operacionais	Valor (€)
CMVMC	424.176,26	Vendas e prestação de serviços	540.134,64
FSE	2.232.973,81	Impostos e taxas	968.472,34
Custos com pessoal	3.892.874,70	Trabalhos para a própria entidade	0,00
Transferências e subsídios concedidos	1.231.329,68	Transferências e subsídios obtidos	8.465.358,00
Amortizações	1.755.475,55		
Outros custos e perdas operacionais	47.946,60		
Total	9.584.776,60	Total	9.973.964,98



Para os Resultados Operacionais – que se cifraram nos €389.188,38 -concorrem os Proveitos e Ganhos Operacionais e os Custos e Perdas Operacionais.

Os Proveitos e Ganhos Operacionais foram fortemente condicionados pelas Transferências Obtidas (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e a Participação Fixa no IRS) e pelos impostos e taxas cobradas pelo Município no decorrer do ano económico em análise.

No que respeita aos Custos e Perdas Operacionais salienta-se o peso dos Custos com o Pessoal, dos Fornecimentos e Serviços Externos suportados em 2014 que, em conjunto, compreendem os custos indispensáveis ao normal funcionamento da atividade da Autarquia.

RESULTADOS FINANCEIROS

Custos e Perdas Financeiros	Valor (€)	Proveitos e Ganhos Financeiros	Valor (€)
Juros suportados	41.673,89	Juros obtidos	51.264,44
Outros custos e perdas financeiros	8.752,16	Rendimentos de imóveis	364.297,84*
		Outros proveitos e ganhos financeiros	1.435,09
Resultados Financeiros	366.571,32		Total 416.997,37

* Rendas de Imóveis; Renda da EDP; Rendas do Mercado.

RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e Perdas Extraordinários	Valor (€)	Proveitos e Ganhos Extraordinários	Valor (€)
Transferências de capital concedidas	405.569,22	Ganhos em existências	343,56
Perdas em existências	11.477,79	Ganhos em imobilizações	83.242,12
Perdas em imobilizações	53.589,97	Reduções de amortizações e provisões	208.247,23
Multas e penalidades	0,00	Correções relativas a exercícios anteriores	2.531,71
Correções relativas a exercícios anteriores	46.346,12	Outros proveitos e ganhos extraordinários	264.355,91
Outros custos e perdas extraordinárias	87.121,80		
Resultados Extraordinários	-44.384,37		Total 559.720,5

Os Resultados Extraordinários do exercício em análise apresentam um valor de -€44.384,37, o que demonstra uma capacidade por parte dos Proveitos e Ganhos Extraordinários de cobrir os Custos e Perdas da mesma natureza.

Os Custos e Perdas que mais contribuíram para estes resultados foram as transferências de capital concedidas pelo Município, onde estão incluídas as transferências efetuadas para as Juntas de Freguesia no âmbito dos Protocolos de Delegação de Competências e Acordos de Execução.



12.3 RÁCIOS ECONÓMICO-FINANCEIROS

O quadro que de seguida se apresenta inclui alguns rácios económico-financeiros que nos permitem aferir as seguintes conclusões acerca da situação financeira da Autarquia.

INDICADORES (em %)		2014
Autonomia financeira	Fundos Próprios/Ativo Total	64,95
Grau de cobertura do imobilizado	Capitais Permanentes/Imobilizado Líquido	81,24
Liquidex geral	Exist.+Disp.+Div. de Terceiros CP/Passivo CP	452,93
Liquidex Reduzida	Disp.+Div. de Terceiros CP/Passivo CP	423,66
Liquidex Imediata	Disponível/Passivo Circulante	338,24
Endividamento	Dívidas a 3ºs de curto e médio/Fundos Próprios + Passivo	11,23

AUTONOMIA FINANCEIRA – a análise a este indicador permite-nos concluir que a autonomia financeira do Município de Almodôvar é bastante confortável face à dependência de terceiros, o que significa que a atividade camarária é financiada em 64,95% pelos seus Fundos Próprios.

GRAU DE COBERTURA DO IMOBILIZADO – este indicador dá-nos o grau de cobertura do imobilizado pelos capitais permanentes e, no caso do Município de Almodôvar, podemos aferir que os capitais permanentes cobrem 81,24% do Imobilizado líquido.

Liquidex Geral – este rácio permite medir o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante. No caso do Município de Almodôvar, podemos verificar que o ativo circulante, que inclui as existências, as disponibilidades, e as dívidas de terceiros a curto prazo, é suficiente para fazer face à totalidade das dívidas a terceiros de curto prazo (452,93%).

Liquidex Reduzida – este rácio (423,66%), mede, igualmente, o grau em que as dívidas a curto prazo se encontram cobertas pelo ativo circulante, tendo em consideração que as existências não podem ser facilmente transformadas em dinheiro, ou pelo menos que essa conversão será sempre a um valor inferior do que o preço de aquisição. Este rácio mostra-nos que a totalidade das dívidas a curto prazo estão cobertas pelo ativo circulante (deduzido das existências).

Liquidex Imediata – este rácio permite aferir o grau de cobertura do passivo circulante elas



disponibilidades que no Município de Almodôvar representa 338,24% do passivo circulante está coberto pelas disponibilidades.

ENDIVIDAMENTO – a utilização deste rácio permite-nos aferir o grau em que a autarquia utiliza o capital alheio para financiar a sua atividade. Com o valor encontrado concluímos que 11,23% da atividade municipal é financiada por capitais alheios. Este rácio é inversamente proporcional ao da autonomia financeira, o que nos leva a comprovar, mais uma vez, a reduzida dependência dos recursos externos por parte desta Autarquia.

APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2014

Nos termos do ponto 2.7.3. do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), na sua atual redação, submete-se à apreciação e aprovação dos órgãos municipais a seguinte PROPOSTA de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2014:

- 1- Considerando que o Resultado Líquido do Exercício de 2014 pode, nos termos do ponto 2.7.3.3 do POCAL, ser repartido por reforço do Património ou para Constituição de Reservas Legais;
- 2- Considerando que o Resultado Líquido da Conta 51 - «Património» é superior a 20% do ativo líquido, facto que não justifica o reforço do seu valor;
- 3- Considerando que o ponto 2.7.3.5 determina a constituição de um reforço anual da Conta 571 - «Reservas Legais» no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício;

PROPOMOS que os Órgãos Municipais:

Aprovem a aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2014, cujo montante global é de €711.375,33, nas seguintes contas:

Conta 571 «Reservas Legais» - 5% - a que corresponde o valor de €35.568,77;

Conta 59 «Resultados Transitados» - 95% - cujo valor é de €675.806,56.



13. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Nos termos do disposto na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a Assembleia Municipal na sessão ordinária de 21.NOV.2014, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião de 29.OUT.2014 deliberou aprovar a adequação da macro estrutura da Câmara Municipal, bem como o respetivo Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, a qual foi publicada em 17 de março de 2015 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 53, Despacho n.º 2784/2015.